



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 005

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

|  |  |   |
|--|--|---|
| <b>NELSON JUSTUS</b><br>Presidente - Democratas      |  |   |
| <b>ANTONIO ANIBELLI</b><br>1º Vice-Presidente - PMDB | <b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b><br>2º Vice-Presidente - PDT | <b>FELIPE LUCAS</b><br>3º Vice-Presidente - PPS |
| <b>ALEXANDRE CURI</b><br>1º Secretário - PMDB        | <b>LUCIANA RAFAGNIN</b><br>2ª Secretária - PT        | <b>LUIZ ACCORSI</b><br>3º Secretário - PSDB     |
| <b>CIDA BORGHETTI</b><br>4ª Secretária - PP          | <b>CHICO NOROESTE</b><br>5º Secretário - PR          |   |
| <b>ABIB MIGUEL</b><br>Diretor Geral                  |  |   |

### Lideranças

|                         |                        |
|-------------------------|------------------------|
| Líder do Governo .....  | Luiz Claudio Romanelli |
| Líder da Oposição ..... | Valdir Rossoni         |
| PMDB .....              | Waldyr Pugliesi        |
| PSDB .....              | Ademar Traiano         |
| Democratas .....        | Plauto Miró            |
| PT .....                | Professor Luizão       |
| PP .....                | Duílio Genari          |
| PDT .....               | Luiz Carlos Martins    |
| Bloco PPS/PMN .....     | Dr. Batista            |
| Bloco PSB/PRB/PV .....  | Reni Pereira           |
| Bloco PTB/PR .....      | Jocelito Canto         |

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 005**

### **5ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Proposta de Emenda à Constituição 03

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 05

Requerimentos ..... 06

Projetos de Lei ..... 09

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Beti Pavin ..... 17

Dep. Luciana Rafagnin ..... 18

Dep. Ribas Carli Filho ..... 19

Dep. Péricles de Mello ..... 21

Dep. Luiz Carlos Martins ..... 21

Dep. Rosane Ferreira ..... 22

#### **Grande Expediente:**

Dep. Elio Rusch ..... 23

Dep. Artagão Júnior ..... 25

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Luciana Rafagnin ..... 18

Dep. Professor Luizão ..... 33

Liderança do PSB

Dep. Ribas Carli Filho ..... 20

Liderança do PDT

Dep. Augustinho Zucchi ..... 27

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 29

Liderança do Bloco PR/PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 30

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati ..... 31

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano ..... 34

Liderança do PMDB

Dep. Nereu Moura ..... 36

Liderança do Governo

Dep. Stephanes Júnior ..... 38

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 39

Discussão/Votação

Redação Final ..... 40

2ª Discussão ..... 40

1ª Discussão ..... 40

Discussão Única ..... 45

Requerimentos ..... 50

**Encerramento da Sessão ..... 50**

#### **Publicações:**

Atas de Comissão

Ecologia e Meio Ambiente ..... 50

### **DIÁRIO Nº 005**

### **5ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE FEVEREIRO DE 2008**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício,

Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Francisco Bühner, Plauto Miró e Valdir Rossoni (04).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus e Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Proposta de Emenda:***

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

Art. 1º O artigo 116, da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“O Ministério Público tem por Chefe o Procurador Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado.

§ 1º Fica assegurado que o Governador do Estado nomeará para a relevante função quem vencer as eleições promovidas pelo Ministério Público Estadual, para preenchimento do referido cargo.

§ 2º O Procurador Geral de Justiça poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, na forma da lei complementar respectiva.

§ 3º Enquanto estiver exercendo o cargo, e até seis meses depois de havê-lo deixado, é vedado ao Procurador Geral da Justiça concorrer às vagas de que trata o artigo 35 desta Constituição.

§ 4º Para que haja apenas um turno, um dos participantes terá de obter, no mínimo, 50% e mais 1 voto do total de votantes em todo o estado.

§ 5º Não se alcançando o mínimo de votos determinado no artigo anterior, os dois candidatos mais votados no 1º turno disputarão o 2º turno, visando o mesmo cargo. O novo pleito deverá ocorrer no prazo máximo de três semanas, contados da data da realização do 1º turno.

§ 6º A nomeação de quem for declarado vencedor ou vencedora, terá de ser feita pelo Governador do Estado do prazo máximo de 15 dias úteis.

§ 7º Caberá à Procuradoria Geral de Justiça, de comum acordo com os Procuradores e Promotores de Justiça, baixar normas que visem garantir ampla e total transparência ao pleito.

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento:

Jocelito Canto, Geraldo Cartário, Tadeu Veneri, Chico Noroeste, Augustinho Zucchi, Osmar Bertoldi, Marcelo Rangel, Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Ribas Carli Filho, Cida Borghetti, Ney Leprevost, Luiz Fernandes Litro, Pastor Edson Praczyk, Valdir Rossoni, Edgar Bueno, Elio Rusch, Durval Amaral e Rosane Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil passa por notáveis transformações, com a maioria dos brasileiros condenando cada vez, e com veemência, a ingerência ou introdução de estranhos em decisões do Poder Judiciário ou nas ações do Ministério Público.

O Governador que durante seu reinado tenta impor à força alguém de sua intimidade pessoal ou política para comandar o Ministério Público, temendo eventuais ações contra seu Governo, num amanhã, que pode ou não estar muito longe, na mudança de Governo, poderá ser vítima de ações de uma suprema autoridade do Ministério Público, que venha a utilizar a relevante função contra o autoritário de hoje. A independência do Judiciário e do Ministério Público é bom para todos, independente de siglas partidárias, pois fica bem claro que as autoridades, tanto do TJ como no MP, terão ampla isenção para agir, isto é, com a garantia de que não haverá nenhuma pressão de autoridades de outros poderes, semeando justiça para todos os cidadãos.

### ***Ofícios***

Sob o nº CEE/CC 272/08 da Sra. Jussara Borba Gusso - Chefe da Casa Civil em exercício, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Luiz Eduardo Cheida, que solicita esclarecimentos sobre o posicionamento do Governo quanto à venda das ações da empresa SERCOMTEL pela COPEL. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 2256/07 da Sra. Jussara Borba Gusso - Chefe da Casa Civil Substituta, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Reni Pereira, que solicita esclarecimentos sobre arrecadação de IPVA em 2007 nos municípios do estado do Paraná.

**Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 2265/07 da Sra. Jussara Borba Gusso - Chefe da Casa Civil Substituta, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre a previsão orçamentária para a construção para a construção do Hospital Regional de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 171/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Valdir Rossoni, que solicita esclarecimentos sobre a realização do projeto FERA nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 169/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Stephanes Júnior, que solicita cópia das exposições da coluna Pense Bem, do telejornal da TVE/PR. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº CEE/CC 187/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral, Elio Rusch e Ademar Traiano, que solicitam esclarecimentos sobre convênio do Governo do Estado e a FUNPAR - Fundação da Universidade Federal. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº CEE/CC 194/08 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Durval Amaral, Antonio Belinati, Douglas Fabrício, Elio Rusch e Marcelo Rangel, que solicitam esclarecimentos sobre a remissão de créditos tributários relativos ao IPVA. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o nº SEIM/GS 332/08 do Sr. Virgílio Moreira Filho - Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre estudos referente a matéria-prima para a fabricação de vidro e cerâmica na região centro-oeste, em especial no município de Pitanga. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 065/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Luiz Fernandes Litro, que solicita a conclusão das obras de asfaltamento da rodovia que liga os municípios de Boa Esperança do Iguaçu até Nova Prata do Iguaçu, na região Sudoeste do estado. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 063/GS do Sr. Rogério Wallbach Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Luiz Fernandes Litro, que solicita esclarecimentos sobre a conclusão da terceira pista, ligando a empresa Sadia S/A até o Parque Industrial no município de Dois Vizinhos. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 3243/07/GS do Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre os agentes comunitários de saúde que atuam no estado do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 107/08/GS do Sr. Gilberto Berguio Martin - Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, que solicita esclarecimentos sobre as medidas administrativas adotadas em face do valor exigido como cheque-caução pelo Hospital Vita de Curitiba. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 247/08-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando cópias das principais peças do Processo nº 472453/02-TC, referente à impugnação de Despesas da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Sob o nº 390/08-DPP/DEPEN/MJ do Sr. Alexandre Cabana de Queiroz Andrade - Diretor de Políticas Penitenciárias/DEPEN/MJ, substituto do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, comunicando celebração de convênio entre o Ministério da Justiça e o estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, objetivando a execução do Projeto Reaparelhamento da Escola Penitenciária, no valor total de R\$ 52.835,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais). Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 266/08-SESAN/MDS da Sra. Wilma Luiza Santa - Gerente da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, comunicando a liberação de recursos no valor de R\$ 642.338,71 (seiscentos e quarenta e dois mil, trezentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos), referente ao convênio nº 424/07, firmado entre a União, representada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº GAB/DSF-075/08 da Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon - Secretária de Estado da Administração e da Previdência, encaminhando para apreciação desta Casa de Leis, trabalho realizado pelo Departamento de Seguridade Funcional, da referida Secretaria, intitulado: Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Paraná - Histórico e Situação Atual. **Ao conhecimento da Casa.**

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 020/08

#### SÚMULA:

Sugere o uso da areia artificial em obras públicas contratadas no estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Júlio César de Souza Araújo Filho - Secretário de Estado de Obras Públicas:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - A sugestão do uso da areia artificial em obras públicas contratadas no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) ROSANE FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A exploração de areia natural tirada de várzea e dentro dos leitos dos rios impacta o meio ambiente de forma direta e na maioria dos casos de forma irreparável. Quando extraída, ocasiona a devastação da mata e do solo presente na região, transformando-as em alagados comumente conhecidos como "cavas".

Em contrapartida, a exploração da areia artificial feita de forma racional e sustentável nas pedreiras permite abastecer o mercado estadual de agregados com um menor impacto ambiental.

Assim, sugere-se que todas as obras (construção e/ou reformas) executadas pelo Poder Público Estadual utilizem areia artificial.

### INDICAÇÃO Nº 021/08

#### SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado dos Transportes a manutenção da PR-317 no trecho entre os municípios de Floresta e Maringá.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado por moradores da localidade, onde nos relatam e pedem empenho na solução do problema que atinge aquela comunidade.

II - Requer-se a manutenção da PR-317, no trecho compreendido entre os municípios de Floresta e Maringá - aproximadamente 25 Km.

III - A estrada encontra-se com sua sinalização danificada - tartaruguinhas refletivas. Moradores nos dão conta que o equipamento refletivo é, em alguns trechos, mais eficiente que nos 20 Km de estrada duplicada.

IV - Pondera-se que este atendimento é de extrema necessidade pois vem colocando em risco a saúde dos motoristas e pedestres.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná,

reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### INDICAÇÃO Nº 022/08

#### SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado dos Transportes a manutenção da PR-549 no trecho entre os municípios de Corumbataí do Sul e Luiziana.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado por moradores da localidade, onde nos relatam e pedem empenho na solução do problema que atinge aquela comunidade.

II - Requer-se a manutenção da PR-549, no trecho compreendido entre os municípios de Corumbataí do Sul e Luiziana - aproximadamente 30 Km.

III - Segundo relatos o mato está tomando conta das estradas da região e as placas de sinalização estão todas escondidas atrás do capim. Para não se perder nas curvas os motoristas trafegam extremamente devagar.

IV - Pondera-se que este atendimento é de extrema necessidade pois vem colocando em risco a saúde dos motoristas e pedestres.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

### INDICAÇÃO Nº 023/08

#### SÚMULA:

Propõe à Secretaria de Estado dos Transportes a manutenção da PR-082 no trecho entre os municípios de Quinta do Sol e Engenheiro Beltrão.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado por moradores da localidade, onde nos relatam e pedem empenho na solução do problema que atinge aquela comunidade.

II - Requer-se a manutenção da PR-082, no trecho compreendido entre os municípios de Quinta do Sol e Engenheiro Beltrão - aproximadamente 14 Km.

III - A estrada encontra-se com sua sinalização horizontal completamente apagada. No período noturno os motoristas têm que adivinhar onde é a estrada.

IV - Pondera-se que este atendimento é de extrema necessidade pois vem colocando em risco a saúde dos motoristas e pedestres.

V - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

#### INDICAÇÃO Nº 024/08

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Segurança Pública a construção do Instituto Médico Legal - IML no município de Paranavaí.

Sr. Governador, Sr. Secretário de Segurança Pública:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública que determinem a construção do Instituto Médico Legal de Paranavaí, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) TERUO KATO

##### JUSTIFICATIVA:

Seja devido ao crescimento populacional, seja devido ao desenvolvimento natural da região, aumentaram, de modo significativo, os índices de criminalidade em Paranavaí e seu entorno regional. Assaltos, roubos à mão armada, furtos etc. passaram a fazer parte do dia-a-dia de uma população até então acostumada a deixar as portas de casa abertas, tamanha a segurança e paz em que viviam.

Em face disso, mister se faz não só reforçar o policiamento da região - meta que o Governo do Paraná está cumprindo - mas também aparelhar a ação policial e investigativa com o corpo técnico necessário para amparar o trabalho realizado pelas corporações policiais.

Nesse sentido, torna-se indispensável a construção do Instituto Médico Legal, instituição que possibilitará a realização dos exames necessários e indispensáveis nos cadáveres de Paranavaí e toda a região, os quais, atualmente, tem que ser levados até Maringá, muitas vezes em condições precárias, para realização de exames, fato que, na maioria das vezes, não só atrapalha investigações, mas também é fonte de dor e

sofrimento a familiares que têm de esperar os corpos de seus entes queridos às vezes até por mais de um dia, situação que por vezes os levam ao desespero.

#### INDICAÇÃO Nº 025/08

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a doação de uma UTI móvel à Santa Casa de Misericórdia de Paranavaí.

Sr. Governador, Sr. Secretário de Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Saúde que determinem a doação por parte do estado do Paraná de uma UTI móvel à Santa Casa de Misericórdia de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) TERUO KATO

##### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário ressaltar aqui a utilidade e urgência de se equipar um hospital do porte da Santa Casa de Misericórdia de Paranavaí com uma UTI móvel.

Com efeito, esse nosocômio presta serviço indispensável não só para o município de Paranavaí, mas também para as cidades de todo o seu entorno. Em decorrência disso, situações extremas, em que pacientes em estado grave são socorridos nos municípios circunvizinhos em situação emergencial, precisando de todos os cuidados e aparelhagem só encontráveis em unidade de terapia intensiva dentro de um hospital, são corriqueiras e, devido à ausência de uma UTI móvel, muitas vezes resultam na morte do paciente ou na piora irreversível de seu quadro clínico.

Ainda que fosse para salvar uma única vida humana, a presente solicitação já estaria justificada, que dirá para salvar várias vidas que dependem dessa moderna aparelhagem.

Em face disso, solicitamos o auxílio do estado do Paraná, sempre de prontidão para atender aos pleitos justos, de modo que mais essa deficiência que atinge diretamente os habitantes de Paranavaí e de todo o noroeste do Paraná seja sanada.

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 170

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja realizada uma Audiência Pública no dia 05 de março no plenarinho, no período das 10h às 12h, para a realização de debates referente ao Projeto de Lei nº 804/07, que trata da comunicação aos consumidores da inclusão no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito (SERASA).

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 188

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas atribuições regimentais, vem comunicar, a composição da Liderança do PT para o ano de 2008, como segue:

Líder: Professor Luizão

Vice-Líder: Elton Welter

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(aa) PROFESSOR LUIZÃO, ELTON WELTER, PÉRICLES DE MELLO, LUCIANA RAFAGNIN e PEDRO IVO.

## REQUERIMENTO Nº 167

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a substituição do Deputado Luiz Fernandes Litro pelo Deputado Ademar Traiano, na suplência do Deputado Francisco Bühner na Comissão de Constituição e Justiça, bem como a substituição do Deputado Ademar Traiano pelo Deputado Luiz Accorsi na suplência do Deputado Valdir Rossoni, na já citada Comissão.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

As alterações propostas são feitas por indicação do Líder do PSDB nesta Casa, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e objetivam atender interesses partidários e a satisfação de interesses outros que impediriam a participação efetiva do Deputado Luiz Fernandes Litro nas reuniões da CCJ.

## REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Allan Brame Pinho, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2008, no município de Cascavel/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seus pais, a Sra. Jane e o Sr. Eli Brame Pinho, enviando correspondência à rua Carlos de Carvalho, nº 4191, bairro Centro, Cascavel/PR.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A morte é inaceitável em qualquer circunstância, principalmente se estiver envolvida uma pessoa de apenas vinte e cinco anos, como foi o caso do Diretor-Presidente do Hospital Nossa Senhora da Salette, Allan Brame Pinho.

Toda a comunidade ficou consternada pelo precoce falecimento e também pelas circunstâncias como ele ocorreu. Allan era um jovem bem relacionado e que tinha na família o alicerce para consubstanciar sua vida.

Desde cedo, ele deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte.

Em 2006, Allan assumiu a direção do hospital e, apesar de jovem, vinha se destacando por sua atuação frente à instituição. Tinha um futuro brilhante.

Homem bem quisto, na sua passagem por este mundo soube cativar amizades e simpatia. Cascavel perde um filho importante, que jamais será substituído, abrindo-se uma lacuna na vida social do município.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para a família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

As nossas sinceras condolências.

## REQUERIMENTO Nº 166

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Sebastião Costa, ocorrido no dia 18 de fevereiro de 2008, no município de Capitão Leônidas Marques/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, o Sr. Jair Costa, enviando correspondência à avenida Iguaçu, 310, comunidade São José, Capitão Leônidas Marques/PR.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à esposa Alvina Costa e aos sete filhos. Seu Sebastião fez história em vida. Uma história honrada, de trabalho e dedicação. Na prática, um exemplo de vida a ser seguido pelas atuais e futuras gerações.

Líder pioneiro, Sebastião foi um dos fundadores de Capitão Leônidas Marques. Escolheu este município para fincar raízes, constituir família, lutar pela comunidade e viver. Não demorou muito e uma saga colonizadora foi seguida por outras famílias de colonos, que mutuamente se ajudaram e construíram a base do que é o município hoje.

Há 45 anos residindo no município, deixará em todos uma dor e saudade irreparável. Aos amigos e com-

panheiros, uma vida de amizades, alegria e cordialidade. Por tudo isso, a nossa fé cristã nos permite acreditar que houve apenas uma partida, mas que o momento do reencontro, dentro do plano divino, um dia vai acontecer. Enquanto isso, aos que ficaram, é importante saber que existe toda uma caminhada pela frente. Caminhada esta, que deve e merece ser vivida com muito ardor, com muita firmeza e com muita dedicação.

E que o mesmo amor pelo qual Deus acolheu o seu Sebastião, console a todos, na certeza de que houve apenas uma separação temporária. Um dia, o reencontro vai acontecer.

As nossas sinceras condolências.

#### REQUERIMENTO Nº 185

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Chitose Oyama, comerciante e professor de artes marciais, com 83 anos de idade, no último dia 09 de fevereiro, na cidade de Curitiba.

Chitose Oyama era filho de Dengoro Oyama e de Sono Oyama, deixando a viúva Tsieco Oyama, os filhos Satoshi, Makoto, Emiko, Midori, Masaaki, Kozue e Kenji. Deixa ainda treze netos e dois bisnetos.

À família enlutada os sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 172

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações e louvor à Fernando Francischini.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Quero cumprimentar o Delegado Sr. Fernando Francischini pela posse da recém criada Secretaria Municipal Especial Antidrogas de Curitiba. Acredito que a secretaria estará muito bem administrada em virtude do seu currículo invejável que ao longo dos anos construiu na Segurança Pública. Quero destacar o brilhante trabalho que vem desenvolvendo junto a Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal de São Paulo e ressaltar a atuação à frente da extraordinária operação que prendeu o narcotraficante colombiano Juan Carlos Ramirez Abadia, considerada uma das operações mais bem sucedidas da história da Polícia Federal brasileira.

Desejo que essa nova tarefa seja norteadada de grande sucesso e êxito diante de uma incansável, interminável e crescente maré de violência que assola a nossa

capital paranaense, Curitiba. Entretanto, por sua competência tenho certeza que esses números alarmantes de criminalidade virão baixar consideravelmente. Sei que uma Secretaria destinada a cuidar de drogas e entorpecentes permite identificar o foco do problema social, identificando o crime em sua essência, pois, o tráfico está diretamente ligado à violência urbana.

Espero que suas ações possam neutralizar os atos de marginalidade e criminalidade a fim de resgatar a vida pacata e tranqüila da cidade de Curitiba a qual todos os moradores conheciam e desejam reconquistar novamente. A capital social, slogan nacionalmente conhecido virá, em suas mãos, valer por merecer.

#### REQUERIMENTO Nº 183

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações aos policiais da 13ª Subdivisão da Polícia Civil de Ponta Grossa, pelo esforço e dedicação de todos os policiais na prisão da quadrilha de assaltantes no município de Ponta Grossa no dia 18 do corrente mês, em especial aos seguintes policiais:

Delegada-Chefe: Araci Carmem Costa

Delegado-Adjunto: João Manoel Alonso Filho

Delegado: Rodrigo Cruz

Delegado: Jairo Luiz Duarte de Camargo

Chefe da Furtos e Roubos: José Carlos Cargas.

E aos demais policiais lotados na referida 13ª SDP, localizada na Av. Manoel dos Santos Ribas, 677, em Ponta Grossa./PR.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 184

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações à comunidade chinesa do Paraná, através da Associação Cultural Chinesa do Paraná, pela comemoração do Ano Novo Chinês - Ano do Rato - no dia 07 de fevereiro, promovendo amizade entre os povos.

O evento que se revestiu do mais amplo, sucesso, foi realizado nos dias 09 e 10 de fevereiro na Associação Cultural Chinesa do Paraná, no bairro de Santa Quitéria, contando com a participação de toda a comunidade chinesa e convidados curitibanos.

Enviamos nossos cumprimentos à comunidade chinesa, representada na oportunidade pelo atual Presidente da ACCPAR, Sr. William Wing.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI



## REQUERIMENTO Nº 182

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, e ao Ilmo. Sr. Cel. Nemesio Xavier da França Filho, MD. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando a designação de policiais militares e uma viatura para o atendimento da região do Distrito de Ouro Verde do Piquiri, no município de Corbélia.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição prende-se ao fato de que o Distrito possui aproximadamente 1800 habitantes e no momento não tem nenhum policial efetivo, valendo ressaltar que o prédio da Delegacia encontra-se em plenas condições de uso, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação do requerimento, oferecendo assim melhor segurança à população daquela região.

## REQUERIMENTO Nº 189

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Stênio Jacob, DD. Presidente da SANEPAR, solicitando determinar a instalação de um escritório regional da SANEPAR no município de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Desejamos solicitar da S. Exa. o Sr. Presidente da SANEPAR DD. Stênio Jacob, determinar a instalação de um escritório regional da SANEPAR no município de Guaratuba.

Sr. Presidente as grandes mudanças estruturais de ordem política, econômica e social vividas pela sociedade colocam o estado em inúmeros desafios. Mas talvez nenhum deles seja, no momento atual, mais ansiosamente esperado pela sociedade da região do município de Guaratuba, que o desafio de criar o escritório regional da SANEPAR, em exemplo concreto de modernidade e democracia.

Trata-se reconhecidamente, de processo longo e difícil de ser cunhado através de imposições normativas instantâneas, pois envolve, antes de tudo, uma mudança cultural que apenas se dá por um esforço amplo e contínuo não só da administração do Departamento da SANEPAR, mas também do cidadão de toda a progressista região de Guaratuba, no sentido de resgatar e revalorizar a imagem da prestação do serviço público.

Trata-se de um requerimento verdadeiramente importante na medida em que avança para adaptar ao momento histórico, acolhendo as significativas mudanças sociais.

Neste século de velocidade seria na realidade, um anacrônico, o estadista que não visse na SANEPAR o meio mais importante e mais necessário ao progresso do Paraná.

Bem inspirados estão aqueles que se batem por esta realização, criando um escritório regional da SANEPAR que permitirá ascender a passos largos na vida do progresso, hoje a SANEPAR de Guaratuba é subordinada ao município de Matinhos.

Nossos aplausos calorosos, pois a todos aqueles que se bateram e continuam pleiteando esta obra do escritório regional da SANEPAR.

No aguardo de uma resposta favorável com a urgência que o assunto merece, agradecemos renovando expressões de respeito e consideração.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 027/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os taxistas de todo o estado do Paraná serão isentos do pagamento de taxas no DETRAN, na renovação de suas carteiras de habilitação.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Os taxistas do Rio de Janeiro foram contemplados com uma lei já em vigor, que concede, a eles, a isenção no pagamento de taxas cobradas pelo DETRAN para renovação da carteira de habilitação. Por que não beneficiarmos também os taxistas paranaenses? Esses valorosos profissionais prestam grande serviço de utilidade pública ao povo. Ninguém fica rico trabalhando como taxista. É uma profissão de alto risco. São os perigos diários no trânsito, somados aos marginais que colocam em risco permanentemente a vida dos taxistas. Não é feio copiar o que é bom. Apelo ao bom senso dos colegas Parlamentares para que aprove meu projeto, garantindo aos nossos respeitados taxistas a mesma isenção de taxa já implantada no Rio. Os nossos taxistas também merecem.

PROJETO DE LEI Nº 028/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As festas de música eletrônica a serem realizadas no âmbito do estado do Paraná, deverão impreterivelmente ter toda a documentação necessária 02 (dois) dias antes da realização do evento, sendo que tais festas somente poderão ser organizadas por empresas regularmente constituídas para a organização e produção de eventos fim e com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

§ 1º São os documentos:

1 - Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros contendo, dentre outros, as características do local, a capacidade de público neste, e a especificação dos equipamentos necessários de segurança;

2 - Autorização da Polícia Civil;

3 - Autorização do comando local da Polícia Militar contendo, dentre outros, se haverá policiamento ostensivo nas imediações do evento;

4 - Certidão Negativa Municipal, Estadual e Federal.

§ 2º No local do evento deverá estar a disposição de qualquer órgãos público fiscalizador, todos os documentos e comprovantes solicitados nesta lei.

Art. 2º Para eventos de música eletrônica com número superior a 50 participantes, deverá a empresa/organizador do evento, disponibilizar uma (01) ambulância.

Parágrafo Único. Eventos com número superior a 2.000 pessoas participantes, a empresa/organizador do evento deverá disponibilizar duas (02) ambulâncias tipo UTI-Móvel, e no mínimo um (01) ambulatório para atendimento, devendo estes conter os seguintes parâmetros:

I - Ambulâncias: deverão ter no mínimo 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) motorista em cada veículo;

II - Ambulatórios: deverão conter macas, remédios, alimentação e água gratuita para o público que necessitar atendimento; equipe médica fixa no local com 01 (um) médico, 02 (dois) enfermeiros e 02 (dois) socorristas que deverão circular durante o evento.

Art. 3º Deverá a empresa/organizador, contratar empresa de segurança com registro na Polícia Federal, para eventos com mais de 50 pessoas, a qual deverá disponibilizar no mínimo 01 (um) segurança para cada 50 (cinquenta) pessoas, devendo todos os participantes ser revistados na entrada do evento, inclusive com detector de metais.

Parágrafo 1º. Para eventos com mais de 200 pessoas, deverá a empresa/organizador do evento, contratar um técnico em segurança.

Art. 4º Deverá a empresa/organizador do evento, disponibilizar no mínimo 01 (um) banheiro para cada 100 pessoas participantes do evento.

Art. 5º O local onde será realizado deverá ser no mínimo 10 (dez) quilômetros distante da região central do município onde está acontecendo o evento.

§ 1º Todos os eventos terão a duração máxima de 15 horas.

§ 2º O espaço físico onde será realizado o evento deverá ser de no mínimo 1m<sup>2</sup> por participante.

Art. 6º É vedada a participação de menores de 18 anos, devendo a empresa/organizador comunicar ao Conselho Tutelar responsável pela região a data, horário e local em que for realizado o evento.

Art. 7º Deverá a empresa/organizador do evento, destinar 05% (cinco por cento) do montante total arrecadado na venda dos ingressos para instituição regularmente inscrita no Conselho Municipal da Criança e Adolescente, que atende adolescentes usuários de substâncias entorpecente ou álcool, e caso no município não tenha esta instituição, deverá ser depositado no Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 8º Deverá a empresa/organizador do evento, solicitar a entrega de 01 (um) quilo de alimento não perecível por participante que adquirir o ingresso, os quais serão doados a instituições indicadas pelo município onde estiver sendo realizado o evento.

Art. 9º Os ingressos deverão conter a razão social da empresa, com endereço, telefone e o número da inscrição no CNPJ; a proibição de menores de 18 anos; a capacidade máxima do local; o horário de início e término do evento.

§ 1º A numeração de ingressos será seqüencial, obedecida a capacidade máxima de evento, sendo que parte do ingresso deverá ser destacado e ficar com a empresa organizadora.

Art. 10. A empresa/organizador do evento, deverá obrigatoriamente apresentar apólice de seguro contra risco de incêndio e seguro de danos pessoais de todo o evento, no valor mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 11. Deverá a empresa/organizador do evento, instalar câmeras de segurança no interior do evento.

Art. 12. Todo o lixo produzido em decorrência do evento, deverá ser separado para reciclagem antes de sair do local onde está acontecendo.

Art. 13. No caso de descumprimento desta lei, multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a empresa organizadora do evento, e se a mesma não estiver regularmente constituída ou não se conseguir identificar os organizadores, a multa será cobrada do dono do imóvel que aconteceu o evento.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

As festas de música eletrônica já viraram um movimento cultural nas cidades de todo o Brasil.

O intuito do presente projeto é regulamentar e dar diretrizes para que estas festas sejam realizadas com segurança, fiscalização e principalmente para cuidar das pessoas que frequentam este tipo de evento.

Muitas festas acontecem sem que a devida documentação esteja em dia, sem assistência aos frequentadores o que muitas vezes pode trazer problemas mais graves, principalmente aos jovens que ali estão.

Através do pagamento dos impostos e tributos estaremos garantindo uma melhor distribuição de renda no município onde é realizado o evento.

Com a realização destes eventos, entendemos estar ajudando na geração de empregos diretos e indiretos, numa proporção de 400 empregos para cada 10.000 (dez mil) participantes.

Com a aprovação desta lei, estaremos coibindo a realização de eventos clandestinos e garantindo a assistência médica adequada, policiamento, segurança e tranquilidade às pessoas frequentadoras das festas de música eletrônica.

#### PROJETO DE LEI Nº 029/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual de Aprendizagem do Jogo de Xadrez - PAX, na rede pública estadual de ensino.

Art. 2º O PAX consistirá em um conjunto de ações do Poder Executivo Estadual que visem a:

I - promover o ensino e estimular a prática do jogo de xadrez nas escolas públicas do estado do Paraná;

II - promover ampla divulgação, junto as escolas públicas estaduais, dos benefícios e vantagens da prática do jogo de xadrez no desenvolvimento do raciocínio por parte de seus praticantes.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos do PAX, o Poder Executivo Estadual poderá:

I - firmar convênios com clubes, associações e federações que pratiquem a atividade do jogo de xadrez, para a promoção do ensino e difusão da prática do jogo de xadrez nas escolas públicas estaduais;

II - buscar apoio junto a iniciativa privada para patrocínio de campeonatos entre os alunos da rede pública estadual;

III - firmar convênios com organizações não governamentais legalmente instituídas, visando a implementação de projetos para a promoção, ensino e difusão do jogo de xadrez voltado para as comunidades carentes do estado do Paraná;

IV - realizar campanha de divulgação dos benefícios da prática do jogo de xadrez junto aos pais dos alunos da rede pública estadual de ensino;

Art. 4º O Poder Executivo Estadual promoverá competições oficiais de xadrez anualmente, com a participação, sempre que possível de alunos da rede pública estadual de ensino, pertencentes a todos os municípios do estado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários para a regulamentação da presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) DR. BATISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O jogo de xadrez é considerado um grande impulsionador da imaginação, contribuindo para o desenvolvimento da memória, da capacidade de concentração e da velocidade do raciocínio. Desempenha também um importante papel socializante, uma vez que o praticante aprende que a vitória ou a derrota depende de uma decisão previamente pensada. Deste modo, induz a reflexão antes de agir.

Considerado um jogo intelectual, o xadrez é também uma poderosa ferramenta educativa que poderá fazer com que futuramente, passe a fazer parte da política pedagógica das escolas públicas estaduais, como disciplina regular na educação dos jovens do estado do Paraná.

Ser capaz de aprender com a vitória e com a derrota é algo importante - e mais fácil de adotar quando se é ainda criança, com uma personalidade em formação. Nisso o xadrez é campeão: como o êxito depende de aptidões e conhecimentos que precisam ser desenvolvidos, o jogo estimula sempre o aprendizado, mesmo na derrota.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

#### PROJETO DE LEI Nº 030/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) DR. BATISTA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Florart Vida, com sede e foro no município de Jandaia do Sul, tem este projeto social quem vem desenvolver-se através dos auxílios de voluntários com o propósito de promover a integração de nossas crianças, adolescentes e adultos, através da oportunidade de participarem de atividades culturais, artísticas, ocupacionais, mental e física, sem custo algum para os envolvidos nas atividades. De modo possibilitando a construção de cidadania em espaço propício - à descoberta do verdadeiro papel da família na sociedade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 031/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social, com sede e foro no município de Curitiba no estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) STEPHANES JÚNIOR

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social - OSCIP, constitui-se em organização da sociedade civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado de natureza associativa, beneficente e sem fins econômicos, tem os seguintes objetivos institucionais:

- Promover a educação e a capacitação das pessoas, com ênfase na recuperação social do preso, do egresso do sistema penitenciário e dos jovens em conflito com a lei ou que estejam respondendo a medidas sócio-educativas, visando à melhoria da qualidade de vida destas, de forma inteiramente gratuita para os beneficiários.

- Promover o desenvolvimento econômico e social, com ênfase na defesa, na preservação e na conservação do meio ambiente, na melhoria da segurança pessoal e patrimonial, na melhoria das condições de higiene e saúde no trabalho, na conservação de energia e na redução de custos; na avaliação técnica e/ou análise de falhas de estruturas que trabalhem ou operem em regime de tensões mecânicas, visando à consolidação das condições para o desenvolvimento sustentável.

- Facilitar, através da concessão de crédito, a criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos de pequeno porte, dirigidos por pessoas de baixa renda.

- Promover a divulgação de informações e conhecimentos técnicos, científicos e administrativos, visando à capacitação de equipes de trabalho e o aperfeiçoamento de procedimentos e tecnologias existentes, bem como a inovação, através de procedimentos e tecnologias alternativas.

O Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social - OSCIP, constitui-se em visando atingir seus objetivos institucionais e sociais, a Sodetec celebra termos parcerias, convênios, contratos, acordos e contrai empréstimos, bem como pratica outros atos com instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais. Os trabalhos desenvolvidos pela Sodetec são realizados pela execução direta ou em parceria, de projetos, de programas e de planos de ação e são viabilizados por meio a

doação de recursos ou pela prestação de serviços a outras instituições.

PROJETO DE LEI Nº 032/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

**Capítulo I**

**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei estabelece normas gerais sobre o regime de participação e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pela administração direta e indireta de qualquer dos Poderes do estado do Paraná e dos municípios, no exercício da função administrativa, diretamente ou sob o regime de concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo Único. Considera-se usuário a pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, utiliza ou pode utilizar os serviços referidos neste artigo.

Art. 2º No início de cada ano civil, o Poder Público publicará o quadro geral dos serviços públicos, indicando:

I - a entidade ou órgão executor;

II - a autoridade administrativa a que está subordinada ou vinculada a entidade ou órgão executor;

III - a avaliação, quando houver, dos serviços prestados no exercício anterior;

IV - o prazo, a forma e local para os usuários apresentarem reclamações e sugestões referentes aos serviços.

Art. 3º Os serviços públicos serão prestados de forma adequada ao pleno atendimento do usuário, obedecendo aos princípios da universalidade, generalidade, cortesia, transparência, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e, quando cabível, modicidade das tarifas.

Art. 4º Para a adequada prestação dos serviços públicos é indispensável a participação do usuário no planejamento, fiscalização da execução e avaliação dos serviços, cabendo às pessoas de direito público e as de direito privado assegurar os meios necessários ao seu exercício.

Parágrafo Único. Consideram-se meios necessários ao exercício da participação:

I - livre acesso às informações referentes ao planejamento, execução, fiscalização, avaliação, custo segurança, duração, eficácia, normas legais, regulamentares e, quando cabíveis, contratuais que regulam a execução do serviço;

II - acesso direto e facilitado do usuário:

a) ao órgão ou entidade responsável pela execução do serviço;

a) ao órgão ou entidade a que o executor do serviço estiver vinculado ou subordinado;

c) ao Serviço de Atendimento ao Usuário, à Comissão de Avaliação e aos Conselhos Estadual e Municipal de Serviço Público, nos termos desta lei.

III - registro gratuito, sem requisitos formais e mediante entrega de recibo, de sugestões e críticas sobre o serviço prestado e a forma de sua execução.

Art. 5º A participação do usuário poderá ser exercida diretamente ou através das entidades indicadas no artigo 10 desta lei.

## **Capítulo II**

### **Dos Direitos do Usuário**

Art. 6º São direitos do usuário, sem prejuízo de outros decorrentes de tratado, convenções, leis, atos e contratos:

I - a adequada prestação dos serviços, nos termos do artigo 32 desta lei;

II - a participação no planejamento, na fiscalização da execução e avaliação dos serviços;

III - o acesso a registros administrativos e informações sobre atos do governo, observado o disposto no artigo 5º, XXXIII, da Constituição Federal;

IV - a obtenção e utilização do serviço com liberdade de escolha, observadas as normas legais;

V - o sigilo e acesso das informações relativas à sua pessoa constante de registros ou bancos de dados de prestadores dos serviços, observado o disposto no artigo 5º, X, da Constituição Federal, podendo fotocopiá-las;

VI - o acesso e fruição do serviço sem discriminação;

VII - atendimento preferencial no caso de usuário idoso, gestante ou portador de deficiência física.

Art. 7º Aplica-se subsidiariamente a esta lei o contido na Lei nº 8078 de 11/09/90, em especial os dispositivos que tratam:

I - dos direitos básicos do consumidor;

II - da proteção ao consumidor e reparação dos danos;

III - da responsabilidade do fornecimento de serviços;

IV - das práticas comerciais e cláusulas contratuais abusivas.

Art. 8º Os prestadores de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem ao usuário, a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

## **Capítulo III**

### **Dos Deveres do Usuário**

Art. 9º São deveres do usuário:

I - utilizar adequadamente os serviços, procedendo com lealdade e boa fé;

II - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para a adequada prestação do serviço;

III - comunicar às autoridades responsáveis as irregularidades praticadas pelos prestadores dos serviços;

IV - não formular reclamações, críticas ou sugestões ciente de que são destituídas de fundamento;

V - não alterar a verdade dos fatos;

VI - não opor resistência injustificada para prestação adequada dos serviços.

## **Capítulo IV**

### **Da Legitimação**

Art. 10. Estão legitimados para o exercício da participação e defesa dos direitos estabelecidos nesta lei:

I - o usuário;

II - a entidade legalmente constituída há mais de um ano que inclua entre seus objetivos institucionais a defesa dos interesses e direitos estabelecidos nesta lei.

## **Capítulo V**

### **Do Conselho Estadual de Serviço Público**

Art. 11. Fica criado, no âmbito do estado, o Conselho Estadual de Serviço Público, órgão consultivo do Poder Executivo, com a finalidade de formular e fiscalizar as políticas gerais e setoriais de prestação dos serviços públicos.

§ 1º O Conselho Estadual de Serviço Público será composto por:

I - vinte e cinco por cento de membros indicados pelo Poder Público;

II - vinte e cinco por cento de membros indicados pelas pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos;

III - cinquenta por cento de membros indicados ou eleitos pelas entidades associativas de usuários de serviços públicos, legalmente constituídas há mais de dois anos;

§ 2º Caberá ao Conselho Estadual de Serviço Público:

I - opinar sobre a política estadual de serviço público, especialmente no que se refere à defesa dos direitos e interesses do usuário;

II - propor critérios para a delegação dos serviços;

III - estabelecer as diretrizes de prestação, avaliação e aprimoramento dos serviços;

IV - realizar consultas e audiências públicas no caso de questões de relevância que envolvam interesse geral;

V - estabelecer outros meios que favoreçam o efetivo exercício dos direitos de participação e de defesa do usuário estabelecidos nesta lei;

VI - indicar um Ouvidor para a defesa do usuário, observadas as disposições desta lei;

VII - publicar, anualmente, em meio oficial e em jornal de grande circulação, relatório circunstanciado de suas atividades;

§ 3º As sessões do Conselho serão públicas e suas pautas deverão ser publicadas em meio oficial com antecedência mínima de 48 h.

§ 4º Os municípios que instituírem órgãos colegiados, com observância das disposições deste artigo, atuarão de forma integrada ao Conselho Estadual de Serviço Público e este em consonância com o Conselho Nacional de Serviço Público.

## **Capítulo VI**

### **Dos Serviços de Atendimento ao Usuário**

Art. 12. Os prestadores de serviços públicos manterão Serviço de Atendimento ao Usuário, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de fiscalizar a adequação e eficiência do atendimento.

§ 1º Os Serviços de Atendimento ao Usuário deverão:

I - situar-se em locais de fácil acesso ao usuário;

II - afixar de forma legível e didática:

a) o local e hora do atendimento, bem como o nome do responsável pelo serviço;

b) a descrição dos serviços e dos indicadores de desempenho;

c) as eventuais modificações previstas na prestação do serviço, explicitando suas condições e duração;

d) o resultado da avaliação efetuada no exercício anterior.

Art. 13. As sugestões e reclamações do usuário relativas à prestação dos serviços serão numeradas e registradas em livro próprio, mediante entrega de certificado de registro.

§ 1º Os registros a que se refere este artigo serão públicos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

§ 2º Os prestadores de serviços colocarão à disposição do usuário formulários simplificados e de fácil compreensão para a elaboração das sugestões e reclamações.

Art. 14. Os serviços de Atendimento ao Usuário encaminharão anualmente relatório circunstanciado de suas atividades às Comissões de Avaliação previstas no artigo 15 desta lei.

## **Capítulo VII**

### **Das Comissões de Avaliação**

Art. 15. A qualidade dos serviços e a observância dos direitos e princípios estabelecidos nesta lei serão periodicamente avaliados, externa e internamente, pelo prestador do serviço e por uma Comissão de Avaliação especialmente constituída para este fim, observando-se:

I - a Comissão de Avaliação será composta por:

a) cinquenta por cento de membros indicados pelo Poder Público quando o serviço for prestado pela Administração Pública Direta ou Indireta, e quando o serviço for prestado por particular, 25% de membros indicados pelo executor do serviço e 25% de membros indicados pelo órgão ou entidade do Poder Público;

b) cinquenta por cento de membro indicados ou eleitos pelas entidades associativas de defesa do usuário.

II - os membros indicados ou eleitos para compor a Comissão de Avaliação terão mandato de dois anos, admitida uma recondução;

III - os membros da Comissão da Avaliação não serão remunerados, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

IV - a Comissão de Avaliação poderá ser assessorada por pessoa física ou jurídica especializada;

V - o ato de instalação da Comissão de Avaliação deverá ser publicado em órgão oficial e amplamente divulgado, devendo conter:

a) indicação dos membros e o segmento que representam;

b) o prazo de funcionamento;

c) o prazo, modo e local para o usuário apresentar reclamações e sugestões referentes aos serviços.

§ 1º a avaliação a que se refere este artigo terá periodicidade anual, devendo ser publicada e amplamente divulgada pelo prestador do serviço, indicando, obrigatoriamente:

a) o serviço público prestado;

b) as pessoas jurídicas de direito público ou privado responsáveis pela prestação e supervisão do serviço;

c) os membros da Comissão de Avaliação;

d) o atendimento aos princípios e direitos estabelecidos nesta lei;

e) o cumprimento das metas eventualmente fixadas para a prestação do serviço;

f) as reclamações, sugestões e representações relativas à prestação dos serviços;

g) a avaliação do Serviço de Atendimento ao Usuário;

h) o parecer do Órgão responsável pela prestação ou supervisão do serviço; e,

i) quando houver, a declaração de voto.

## **Capítulo VIII**

### **Das Ouvidorias de Defesa do Usuário**

Art. 16. Fica criada, no âmbito do estado, a Ouvidoria e Defesa do Usuário de Serviço Público, órgão subordinado ao Conselho Estadual de Serviço Público.

Art. 17. O Ouvidor será indicado pelo Conselho Estadual de Serviço Público e nomeado pelo Governador do Estado, após arguição e aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Art. 18. Ao Ouvidor competirá:

I - atuar, de ofício ou por provocação, na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos do usuário dos serviços públicos contra atos e omissões ilegais ou manifestamente injustos praticados pelos prestadores de serviço;

II - receber e apurar as reclamações ou denúncias relativas à prestação dos serviços, recomendando aos órgãos competentes, quando cabível, a instauração de sindicâncias, processos administrativos ou auditoriais;

III - recomendar a correção de atos e procedimentos que violem os princípios estabelecidos nesta lei;

IV - sugerir aos prestadores medidas de aprimoramento e adequação dos serviços;

V - difundir amplamente os direitos do usuário;

VI - apresentar anualmente ao Conselho Estadual de Serviço Público relatório circunstanciado de suas atividades e dos resultados obtidos.

§ 1º Não serão objeto de apreciação do Ouvidor as questões judiciais ou administrativas pendentes de decisão.

§ 2º O recebimento de reclamações ou denúncias pelo Ouvidor não implicará na suspensão ou interrupção dos prazos administrativos.

Art. 19. O Ouvidor, no uso de suas atribuições, terá acesso a todo e qualquer documento referente à prestação dos serviços, podendo requisitá-lo para exame e posterior devolução.

Art. 20. Todos os servidores do Poder Público deverão prestar apoio e informações ao Ouvidor em caráter prioritário, e em regime de urgência.

§ 1º As informações requisitadas, por escrito, pelo Ouvidor, deverão ser prestadas no prazo de 72 (setenta e duas) horas, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§ 2º A impossibilidade de cumprir o prazo determinado no parágrafo anterior deverá ser comprovada, em igual prazo.

Art. 21. Ao Ouvidor será vedado:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, porcentagens ou custas;

II - exercer outra função pública ou atividade privada remunerada de qualquer espécie, salvo e de magistério superior;

III - participar de sociedade comercial, na forma da lei;

IV - exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas em lei.

Art. 22. Qualquer cidadão poderá representar junto ao Conselho Estadual de Serviço Público, assegurado o direito a ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Único. Será destituído do cargo o Ouvidor que:

I - infringir o disposto no artigo anterior;

II - abusar das prerrogativas do cargo;

III - negligenciar o cumprimento de suas atribuições;

IV - sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

Art. 23. O Ouvidor poderá requisitar, com ônus, servidores de órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, quaisquer que sejam as funções a serem exercidas, observado o disposto no artigo 18 desta lei.

Art. 24. As Ouvidores criadas pelos órgãos colegiados instituídos na forma do artigo 11 parágrafo 48 desta lei, poderão atuar de forma integrada à Ouvidoria de Defesa do Usuário de Serviço Público.

## Capítulo IX

### Da Apuração de Violência dos Direitos do Usuário

Art. 25. De ofício ou mediante representação do interessado, o dirigente do órgão responsável pela prestação do serviço promoverá a apuração de qualquer violação dos direitos do usuário que chegue ao seu conhecimento.

Art. 26. A instauração do processo será feita por ato administrativo devidamente fundamentado em que designará o servidor encarregado da apuração dos fatos, sendo-lhes assegurado todos os meios e recursos necessários ao desempenho da tarefa que lhe foi atribuída.

Art. 27. Os atos administrativos do processo terão forma escrita, com registro em banco de dados próprio, indicando a data e o local de sua emissão, e com a assinatura do agente público responsável.

Art. 28. Serão observados os seguintes prazos:

I - dois dias, para atuação, juntada aos autos de quaisquer elementos e outras providências de simples expediente;

II - quatro dias, para efetivação de notificação ou intimação pessoal;

III - cinco dias, para elaboração de informe sem caráter técnico;

IV - quinze dias, para elaboração de pareceres, perícias e informes técnicos, prorrogáveis por mais dez dias a critério da autoridade superior, mediante pedido fundamentado;

V - cinco dias, para decisões no curso do processo;

VI - quinze dias, a contar do término da instrução, para decisão final;

VII - dez dias, para manifestação em geral do usuário ou providências a seu cargo.

Art. 29. Se no decorrer da apuração surgirem provas, ainda que indiciárias, que digam respeito a possível responsabilidade de algum servidor ou preposto de pessoas física ou jurídica de direito privado prestadora de serviço público, deverá ele ser ouvido e prestar esclarecimentos, facultando-se-lhe produzir provas que julgar convenientes.

Art. 30. Durante a tramitação do processo serão assegurados aos interessados os direitos de:

I - ter vista dos autos e obter cópia dos documentos nele contidos;

II - ter ciência da tramitação do processo e das decisões nele proferidas, inclusive da respectiva motivação e das opiniões divergentes;

III - formular alegações e apresentar documentos os quais serão juntados aos autos e levados em consideração pelo responsável pela apuração dos fatos.

Art. 31. Quando for necessária a prestação de informações ou apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, estes serão intimados para esse fim, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo Único. Quando a intimação for feita ao denunciante para fornecimento de informações ou documentos necessários apreciação e apuração da denúncia, o não atendimento autorizará o arquivamento do processo, se de outro modo o órgão responsável pelo processo não puder obter os dados solicitados.

Art. 32. Concluída a instrução, o responsável pela apuração deverá elaborar relatório de todos os atos do processo e opinar conclusivamente, encaminhando os autos à autoridade que determinou a instauração do processo.

Art. 33. O dirigente do órgão responsável pela apuração deverá proferir decisão que, conforme o caso, poderá ser:

I - arquivamento dos autos;

II - determinação da prática dos atos que se fizerem necessários para atendimento dos direitos do usuário;

III - encaminhamento dos autos ou das peças que julgue pertinentes ao órgão competente para apurar os ilícitos administrativos, civil e criminal contra os responsáveis pelas violações dos direitos do usuário ou, se competente, determinar a apuração.

Art. 34. Sempre que no processo for identificada alguma deficiência na prestação dos serviços, por inadequação de procedimentos, deficiência de meios ou outra qualquer causa, a autoridade responsável pela decisão final promoverá a correção de tudo quanto entendido como insatisfatório.

Art. 35. Aplicam-se ao processo regulado neste Capítulo, no que forem compatíveis, os preceitos legais do processo administrativo.

## CAPÍTULO X

### Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 36. Fica o Poder Executivo autorizado no ano de 2008 a efetuar as despesas necessárias à instalação do Conselho Estadual de Serviço Público e da Ouvidoria de

defesa do Usuário, podendo remanejar, transferir ou utilizar saldos orçamentários, empregando como recursos dotações destinadas às atividades finalísticas e administrativas da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 37. Os contratos mantidos entre o Poder Público e prestadores privados de serviços públicos deverão ser adequados às exigências estabelecidas nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contado de sua publicação.

Art. 38. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

### JUSTIFICATIVA:

Que cidadão brasileiro já não enfrentou filas homéricas, descaso, lentidão, mau-humor e até distrato por parte do servidor público, sem contar o extravio e desaparecimento de documentos. É importante ressaltar que não se trata da totalidade dos serviços públicos e seus servidores, mas existe uma parte que acaba por desprestigiarlo, fazendo parecer que o funcionário público não quer trabalhar e que o consumidor do serviço público é apenas um pedinte e não tem direitos.

A fim de melhorar a qualidade dos citados serviços e regulamentando o artigo 37, parágrafo 3º da Constituição Federal em vigor e artigo 27 da Emenda Constitucional nº 19, resolvemos apresentar projeto de lei da competência do Legislativo com o objetivo de melhorar sua qualidade.

Os serviços públicos devem ser prestados de forma adequada ao pleno atendimento do usuário, obedecendo aos princípios da universalidade, generalidade, cortesia, transparência, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e, quando cabível, modicidade das tarifas.

Este projeto de lei visa estabelecer eficientes regras sobre o regime de participação e defesa do usuário dos serviços públicos prestados pela Administração Direta e Indireta de qualquer dos poderes dos estados e municípios, no exercício de suas funções ou sob o regime de concessão, permissão ou autorização.

Para a adequada prestação dos serviços públicos é indispensável a participação do usuário no planejamento, fiscalização da execução e avaliação dos serviços, cabendo às pessoas de direito público e as de direito privado assegurar os meios necessários ao seu exercício.

Nesse sentido e preocupado com a qualidade dos serviços públicos, é que proponho o presente projeto de lei, o qual espero venha a merecer o apoio e a aprovação dos meus Pares.

PROJETO DE LEI Nº 033/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública: PRO-VOPAR - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social, com sede e foro no município de Palmeira/PR.



Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) FELIPE LUCAS

**JUSTIFICATIVA:**

PROVOPAR do município de Palmeira desenvolve um trabalho social, voltado especificamente para as famílias que apresentam carência, especificamente as que possuem baixa renda, desempregados, crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais.

Atende atualmente em torno de 1000 famílias, equivalendo a 7 mil e 500 pessoas, sendo que para desenvolver suas atividades há necessidade de subvenção através do Poder Executivo, além de campanhas e doações da sociedade, visando à preservação da dignidade das pessoas assistidas bem como a minimização dos problemas sociais do município.

**PROJETO DE LEI Nº 034/08**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos do Paraná na rede de televisão e rádio Educativa, será de caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 2º O tempo que for disponibilizado para ataques a pessoas públicas ou privadas, será concedido automaticamente em iguais proporções, às vítimas dos mesmos, mediante simples requerimento à direção da emissora.

Art. 3º Excetua-se da proibição desta lei as matérias de cunho eminentemente jornalístico, desde que obedecidos os princípios éticos, de independência e imparcialidade.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa garantir os princípios constitucionais que asseguram a impessoalidade dos atos de Governo, coibindo as promoções pessoais e assegurando o direito à informação. Deve-se atentar que o Poder Público tem a responsabilidade de administrar

o estado de forma a garantir o melhor desempenho possível, independentemente da divulgação pessoal dos gestores públicos.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra a Sra. Deputada Beti Pavin.

***Deputada Beti Pavin (PMDB)***

A SRA. BETI PAVIN

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa que nos acompanha.

Com muita honra ocupamos este breve espaço nesta tribuna para dizer aos senhores que temos estado muito tempo aqui dentro desta Casa e não temos tido muito tempo de acompanhar as obras que efetivamente estão acontecendo no estado do Paraná.

Hoje pela manhã tive a oportunidade de participar da Escola de Governo, onde foram liberados R\$ 255 milhões para a SANEPAR, numa parceria com o Governo do Estado e a Caixa Econômica, executar redes de água e esgoto em 35 cidades do estado do Paraná. Cidades estas de grande, médio e pequeno porte e também vários municípios da região metropolitana. Aproximadamente 7 milhões de paranaenses serão atendidos com esta rede de distribuição e coleta, gerando 66 mil novos empregos a nível de estado do Paraná.

Para citar alguns municípios desses 35 aqui da região metropolitana, o município de Almirante Tamandaré, com rede de esgoto, da ordem de 6 milhões. A cidade de Araucária, esgoto também 14,5 milhões. Bocaiúva do Sul, ficamos felizes porque é um município pequeno que não tem um metro de rede de esgoto e está sendo destinado para aquela cidade R\$ 4,7 milhões para rede de água e esgoto. Campo Largo com 624; Campo Magro, também onde não existe saneamento, 1,4 milhão. Cerro Azul sem nenhum metro de rede de esgoto também, 3 milhões. Curitiba com 10,9 milhões. Fazenda Rio Grande, Deputado Cartário, 694 mil. A cidade de Mandrituba, 8,2, e cidades grandes, exemplificando, a cidade de Maringá, 14,4 milhões. Guarapuava, Deputados daquela região, 8,3 milhões, Ponta Grossa também. São José dos Pinhais com 17,7; Piraquara com mais 7,3, Professor Luizão.

Então, vemos que as coisas continuam acontecendo, graças a Deus, no estado do Paraná. Gostaria só de citar aqui a cidade de Colombo, mais especificamente, porque a cidade de Colombo, ao longo dos seus 130 anos de história foi muito pouco contemplada com obras de saneamento, mais especificamente da coleta da rede de esgoto. Agora ela está sendo beneficiada também com recursos, na primeira etapa na ordem de R\$ 9,6 milhões, com o primeiro contrato contemplando as localidades de Monte Castelo, São Dimas e Santa

Mônica. Para quem conhece, Monte Castelo, São Dimas, a região é próxima da EMBRAPA. Também numa parceria com a COHAPAR a Vila Liberdade, o Jardim do Contorno, o Jardim Marambaia, que está sendo feita também uma regularização. São ali três bairros populosos, eram áreas de ocupação que agora, através da COHAPAR, serão regularizados. Também lembrar, já foi até comunicado aqui, do PIT também. Foram diversos convênios com os municípios do interior, do Paraná Urbano. Obras do PIT, beneficiando as cidades de Colombo, integrando com a cidade de Almirante Tamandaré e mais dois municípios próximos, aqui da grande Curitiba.

Então, comunicar os senhores, que ficamos muito felizes de estar podendo acompanhar de perto esse grande volume de obras. Na cidade de Colombo, hoje, iniciados já no final de nosso mandato enquanto Prefeita daquela cidade, hoje está sendo investido diretamente pelo Governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, aproximadamente, sem citar a Vila Zumbi, R\$ 70 milhões. Isso é investimento na história da cidade de Colombo.

Muito obrigada pela atenção dos senhores.

#### O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, por inversão, em acordo com o Deputado Péricles e a Deputada Luciana. A Deputada Luciana Rafagnin dispõe de cinco minutos e de acordo com o entendimento falará em mais cinco minutos, no horário da Liderança do PT.

### ***Deputada Luciana Rafagnin (PT)***

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Gostaria de parabenizar o Professor Luizão, que assume a Liderança do PT a partir de hoje. Claro que fica o nosso cumprimento ao Deputado Elton, que conseguiu contribuir muito com a Liderança do PT. Fez um trabalho brilhante como Líder do PT. Na reunião da bancada no dia de ontem, foi escolhido o Professor Luizão como novo Líder da Bancada do PT. Quero parabenizar e desejar um bom trabalho ao nosso companheiro e colega, Deputado Professor Luizão.

Gostaria de justificar a ausência desta Parlamentar no dia de ontem, no qual estive em Brasília acompanhando uma comitiva do sudoeste, representantes da ANSOP, da CANSOP, o coordenador da mesorregião. A liderança que representa o sudoeste no grupo de estudo pela implantação da Universidade Fronteira Sul, ou então chamada Universidade da Mesorregião, que vem debatendo esse assunto há um bom tempo.

Nesta tribuna mesmo falei, no ano passado, sobre a história que tem o sudoeste e a participação do sudoeste na mesorregião. A discussão da Universidade da Mesorregião começou em torno de quatro anos atrás, quando o norte do Rio Grande do Sul discutia a importância de ter uma universidade federal. Quando também, na sequência, as lideranças da região oeste de Santa Catarina discu-

tiam também a importância de ter uma universidade na sua região. Ambos perceberam que sozinhos não tinham forças. Começou uma discussão, um estudo, várias reuniões, várias audiências em Brasília, junto com o sudoeste do Paraná. A região que forma a mesorregião: sudoeste do Paraná, oeste de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul. A reivindicação principal era a implantação dessa universidade da mesorregião.

Houve um debate com o Presidente Lula, no qual autorizou a implantação, junto com a implantação da Universidade Fronteira Sul - Deputado Traiano, que também é da região do sudoeste e sabemos do seu empenho com a região - junto com a discussão houve a implantação, ou seja, foi oficializado, anunciado pelo Presidente Lula, a implantação da UNILA, da universidade que será sediada em Foz do Iguaçu e que vai, com toda certeza, assegurar 50% das vagas para o povo brasileiro e 50% dividido com outros países, com pessoas de outros países, que vão poder cursar o ensino superior e também fazer sua pós e seu mestrado na UNILA.

Mas na nossa discussão, do sudoeste, ela continuou pela universidade que chamamos da mesorregião e que o Ministro Fernando vem chamando de Universidade Fronteira Sul. E quando, no ano passado, no final do mês de dezembro, este grupo de trabalho G11 optou pelo município de Laranjeiras, o campus do Paraná. Foi definido que a sede será no município de Chapecó e terá seis cursos nessa universidade. O campus Rio Grande do Sul, que terá dois campi, com dois cursos cada campus, com 4 cursos no total, e para o Paraná, então viria também um campus com quatro cursos, da mesma forma que o Rio Grande do Sul. E este campus, segundo a escolha do MEC, seria no município de Laranjeiras.

Na tarde de ontem, na Audiência que tivemos em Brasília, foi com a Professora Maria Ieda Diniz, que é a Diretora responsável pela expansão do ensino superior no país, nesta audiência colocamos - junto com as lideranças do sudoeste que lá estavam - colocaram muito bem que o sudoeste não pode ficar de fora, sem ser contemplado com um campus, já que a luta começou com o sudoeste. Foram quatro anos de reuniões, de audiências. Não poderia o sudoeste ficar de fora neste momento. Todas as lideranças que participaram do evento, foi de consenso, ninguém quer tirar o campus de Laranjeiras. Todos concordam que Laranjeiras seja contemplada, até por uma questão de justiça, que é uma região que precisa de universidades. Agora, não é justo que toda esta luta que o sudoeste vem fazendo, de quatro anos, neste momento o sudoeste ficar de fora.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Então, estas foram as justificativas que a Professora Maria Ieda colocou que não pode o sudoeste ficar de fora, porque quando foi anunciada a Universidade da Mesorregião, ela deveria - e deverá, com toda certeza - contemplar as três regiões. Então, se o sudoeste ficou de fora, neste momento, ela mesma está providenciando que

o grupo de trabalho, que deve se reunir nos próximos dias, que este grupo de estudos possa fazer uma análise melhor e ver de que forma vai contemplar, também, o sudoeste do Paraná.

Então, esta é uma luta grande, uma bandeira que já estamos levantando há alguns anos, defendendo implantação de um campus desta universidade no sudoeste do Paraná. Acredito que nos próximos dias o sudoeste - pelo menos é a nossa esperança - que o sudoeste, Deputado Anibelli, V. Exa. que representa aquela região, seja contemplado com esta Universidade da Mesorregião, com um campus dessa universidade. A forma, a Professora Maria Ieda Diniz diz que pretende discutir com o Grupo 11, esse grupo de estudos, para ver a forma de incluir o sudoeste, para que seja contemplado com este campus.

E quando falamos em universidades, não poderia deixar de falar da importância que o Presidente Lula tem dado para o ensino superior. Nos indicativos que temos, se olharmos um pouco a história do nosso país, tínhamos até o ano de 1994 apenas 39 universidades federais, sendo que 10 delas foram criadas no Governo JK. Após isso, nos oito anos do Governo Fernando Henrique, foram criadas seis universidades federais, sendo que duas se concretizaram mesmo após o ano de 2003. Então, foram colocadas em prática no Governo Lula, no Governo de 2003.

Mas o Presidente Lula, de 2005 a 2006, criou 10 novas universidades federais. Quatro foram novas universidades e seis eram instituições federais que o Governo Lula transformou em universidades, a exemplo, aqui, do CEFET, que se transformou na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Foram criados 49 *campi*. Isso significa um avanço muito grande. O Governo Lula vem trabalhando e pretende, até 2010, criar mais 10 novas universidades. Isso é muito importante, é um dado que temos que comemorar, porque é um investimento do Presidente Lula, investimento no ensino superior.

Claro que ficamos muito felizes quando vemos as novas universidades vindo, quando vemos as pessoas tendo a oportunidade de cursar um ensino superior. Poderíamos citar aqui a questão do ProUni, são mais de 250 mil alunos no país todo que são beneficiados, 170 mil com bolsa integral do ProUni aqui no estado do Paraná, temos cerca de 25 mil jovens que estão sendo beneficiados com ProUni, desses 25 mil temos 11 mil e 290 jovens que têm a bolsa integral, depois temos mais, aliás, temos 13 mil e 669 com bolsa integral e 11 mil e 295 com a bolsa parcial. Isso está dando uma oportunidade para os nossos jovens poderem ingressar numa universidade, poderem ter um curso superior, e sabemos que a educação é o que realmente muda o nosso país.

Fico feliz que o Governo Lula está priorizando a educação no nosso país. Não é por nada que a popularidade do Presidente Lula vem crescendo cada vez mais, e

as pesquisas estão aí e mostram esses dados, e ficamos felizes porque estamos fazendo com que o Brasil seja um pouco mais igualitário.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Fernando Carli Filho. Antes porém esta presidência quer registrar, a pedido do Deputado Douglas Fabrício, a presença do Vice-Prefeito de Araruna, Sr. Claudemir Brambila e do Presidente da Câmara Municipal, Olimpino. Esta presidência agradece a presença.

### ***Deputado Ribas Carli Filho (PSB)***

O SR. RIBAS CARLI FILHO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Ocupo a tribuna na tarde de hoje para destacar um programa que promete ter grande alcance social e será executado pelo Governo Federal em duas regiões que considero emblemáticas para o momento que vivemos no estado do Paraná.

O Programa Territórios da Cidadania, que será lançado no próximo dia 25 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pretende destinar recursos da ordem de R\$ 130 milhões a 20 municípios paranaenses.

Esses municípios estão situados na área de abrangência da Cantuquiriguaçu e Vale do Ribeira. Ali se localizam os maiores bolsões de pobreza desse nosso rico, vasto e pujante Paraná.

O objetivo do Governo, segundo anunciou o jornal Gazeta do Povo em sua edição de domingo passado, é carrear dinheiro para assistência técnica e infraestrutura em assentamentos e projetos agrícolas. Na prática, serão ampliados alguns programas federais já existentes, como o Bolsa Família, o PRONAF e o Farmácia Básica. A diferença é que haverá um esforço concentrado sobre regiões mais pobres do Paraná, que apresentam os Índices de Desenvolvimento Humano - IDHs - mais baixos do estado.”

Vale também ressaltar que a prioridade desses investimentos seria realmente do Governo Estadual. Como não o fez, também não tiramos a prerrogativa do Governo Federal de fazer esse investimento. Seja muito bem-vindo para o estado do Paraná. Mas a título de informação, serão 58 regiões em todo o país que serão atendidas, duas regiões no estado do Paraná, e em todo o Brasil serão destinados recursos na ordem de R\$ 10 bilhões.

Sr. Presidente, essa não é uma realidade nova no nosso estado. A situação que vivenciamos no centro-sul do Paraná, região polarizada pelo município de Guarapuava, cidade a qual eu pertencço, região que represento, vem sendo esquecida, vem sendo deixada de lado nos investimentos pelo Governo Estadual.

Precisamos fazer projetos, programas de desenvolvimentos regionais que contemple cada região, cada município, com as suas necessidades, suas vocações para desenvolver, com especificidade, as suas potencialidades.

(Lê):

“O que encontramos nessas regiões paranaenses é resultado da falta de uma política de Governo que contemple o estado do Paraná de acordo com suas vocações e potencialidades sócio-econômicas. Não vamos tapar o sol com a peneira: o que existe no interior é a pobreza absoluta convivendo ao lado da riqueza. Verdadeiros vales de fome em meio a vastidões de plantações agrícolas.

Quem vamos culpar? O agricultor, o empresário, o comerciante?

Os empreendedores fazem a sua parte, aplicando conhecimento, técnica e recursos próprios. Mas há um vácuo de Governo, pela ausência de programas que estimulem a industrialização da matéria-prima e projetos de inserção social com apoio à profissionalização da mão-de-obra, visando com isso o trabalho, o emprego, a geração e distribuição de renda.

A falta de incentivos a essas regiões tem provocado uma forte pressão sobre as comunidades locais, principalmente sobre as prefeituras, que são obrigadas a arcar com os graves problemas sociais e sofrem sérias limitações financeiras.

O município de Guarapuava é um exemplo. Por ser pólo de região, acaba absorvendo a maior parte do êxodo dos municípios onde são registrados os IDHs negativos. Em contrapartida, o Índice de Desenvolvimento Humano de Guarapuava é positivo. Por sinal, a Prefeitura de Guarapuava vem tendo grandes conquistas sociais. Uma delas é a reversão do índice de mortalidade infantil, que antes era preocupante e agora se situa numa faixa bem inferior à tolerada pela Organização Mundial da Saúde. Além disso, novas indústrias de grande porte já estão se instalando na cidade. Investimentos superiores a R\$ 50 milhões no setor de avicultura e que são viáveis, porque a região é grande produtora agrícola, localizada numa posição geográfica estratégica, com crescimento acelerado.

Mas isso não basta, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Não adianta as prefeituras atraírem investimentos, buscando soluções caseiras para um problema que tem o tamanho do estado do Paraná. Diria até que as prefeituras têm praticado atos de autêntico heroísmo diante da escassez de recursos, da sobrecarga de responsabilidades e da falta de projetos de grande alcance e duração em outras esferas governamentais.

Na visão de Governo, o estado do Paraná se resume a duas ou três regiões metropolitanas, que acumulam a maior parte dos investimentos em infra-estrutura.

Não queremos que esses investimentos parem. Pelo contrário, nosso objetivo é ampliar as regiões beneficiadas, para um crescimento ordenado e equilibrado, evitando bolsões de pobreza.

O Governo precisa acreditar na capacidade dos paranaenses.”

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PSB***

Por isso que nesta legislatura, este Deputado protocolou nesta Casa um projeto de lei complementar que cria a região metropolitana de Guarapuava.

As regiões metropolitanas são as instâncias mais eficientes para que uma comunidade possa estabelecer sinergia valorizando não só os aspectos sociais, econômicos, mas também valores históricos, culturais.

Faço um apelo aos Srs. Deputados. Esse projeto que cria a região metropolitana de Guarapuava tem encontrado problemas na tramitação, porque existem erros na lei que normatiza a criação de regiões metropolitanas. Por exemplo: que nos quesitos básicos seja a existência ou condição de conurbação entre as cidades. Conurbação é quando as cidades estão ligadas fisicamente, como existe na região metropolitana de Curitiba.

A conurbação, a partir de um crescimento desordenado entre duas, cinco, 10 cidades, é um problema. Quando as cidades se conurbam sem planejamento, temos um problema sacramentado. É um problema e não uma solução. Temos que rever essa normativa que dispõe sobre a criação de regiões metropolitanas, porque acreditamos que a ligação entre as cidades deva ser pelos atos de trabalho, pela prestação de serviços, pela ajuda, pela parceria entre consórcios intermunicipais existentes e não pela simples ligação ou conurbação, como hoje acontece.

Na região metropolitana de Guarapuava, por exemplo, teríamos uma região agroindustrial, porque temos um cinturão agroindustrial com potenciais adormecidos como, por exemplo, o distrito de Entre Rios, uma das comunidades rurais mais avançadas do Brasil, que possui a maior maltaria da América Latina e a criação de suínos. São exemplos inequívocos, como tantos outros no Brasil, de que é possível desenvolver a agroindústria, agregar valor a matérias-primas, gerar renda, especializar mão-de-obra e assim melhorar a qualidade de vida de todos nós paranaenses. Temos grandes oportunidades, potenciais econômicos e sociais adormecidos.

Hoje, nos resta esperar que o Governo Estadual aja de uma forma urgente para poder remediar com planos de desenvolvimento esses bolsões de pobreza, esperar as prefeituras que hoje já vêm fazendo trabalhos heróicos e dizer que o Paraná, hoje, agradece ao Governo Federal e este Deputado agradece a atenção de V. Exas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Péricles de Mello. V. Exa. tem cinco minutos para seu pronunciamento.

## ***Deputado Péricles de Mello (PT)***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi à Deputada Luciana Rafagnin para alterarmos nossa fala e ela aceitou trocar comigo, porque subo a esta tribuna para fazer um apelo. Gostaria muito da atenção do nosso Líder do Governo, se for possível. Quero fazer um apelo à Mesa desta Casa e à Liderança do Governo.

A Deputada Cida Borghetti deu entrada, ano passado, de Projeto de Emenda Constitucional tratando da aposentadoria dos Diretores e pedagogos das escolas públicas paranaenses. Esse projeto de emenda foi assinado por mim, por demais Deputados do PT e por outros Deputados. Até agora, apesar de toda tramitação legal ter sido realizada, a Mesa não colocou o projeto em votação neste plenário. Isso é uma coisa lamentável. Acho que temos que fazer uma união de forças para votarmos o mais depressa possível.

Na condição de Presidente da Comissão de Educação, presidi uma Comissão Especial para dar parecer sobre o projeto. O Deputado Eduardo Cheida deu parecer favorável, aprovado por esta Comissão. Não há nenhum óbice para que esta emenda não seja votada por este Plenário. Quero fazer este apelo por vários motivos: primeiro, porque é uma bandeira totalmente justa e correta. Lembro que quando da eleição ao Governo do Estado, posso até pegar o depoimento do Deputado Jocelito, já havíamos sido eleitos Deputados, e uma das principais cobranças dos Diretores de escolas e pedagogos era alterar, porque não é possível que um professor seja penalizado pelo fato de ser alçado um posto da mais alta importância e representação pública, eleito pela comunidade, como no caso o Diretor de escola. Um pedagogo, Professor Luizão, não é possível que se entenda que pelo fato de um professor concursado exercer a função de Diretor ou pedagogo, tenha que ter cinco anos a mais para se aposentar.

Essa reivindicação nos foi levada e ao Governador. Tenho certeza que a postura do Governador na eleição foi favorável. Mais que isso, emenda constitucional é uma função parlamentar por excelência. Tive a honra, Deputado Durval, de ser Deputado, quando da votação da nossa Constituição, da sua promulgação. É um momento do Parlamento. Não há nenhum motivo, nem de mérito, conteúdo ou legalidade, para que continuemos a atrasar essa votação.

Todo dia recebo a APP me cobrando. Em Ponta Grossa, na minha base, é a mesma coisa. Os Diretores vêm conversar comigo. Precisamos, com a máxima urgência, votar esse projeto de emenda parlamentar. Acho que a Assembléia está se modernizando e se renovando a cada dia. Não deve haver óbice de nenhuma forma na condução dos trabalhos, para impedir o livre exercício de soberania e autonomia deste Parlamento.

Nessa mesma senda apresentamos, Deputado Elton Welter, e acompanhados por mais 18 Deputados,

um outro projeto de emenda parlamentar sobre as eleições diretas, para Reitor nas universidades. Hoje pela manhã pude acompanhar a Audiência Pública da Comissão de Constituição e Justiça, projeto do Deputado Mauro Moraes sobre as eleições diretas do Colégio Estadual do Paraná. São bandeiras que dizem respeito à forma de organização do estado, que vai além de um, ou dois, ou três Governos. São mudanças substanciais na forma de ser de um estado, que queremos cada vez mais democrático, cada vez mais participativo.

Por isso, rogo à presidência desta Casa, à Mesa da Casa, para que o mais breve possível possamos votar. Tenho certeza que será aprovada pela maioria dos Srs. Parlamentares. Grandes debates acontecerão aqui, não só sobre essa questão, mas sobre autonomia universitária e eleições diretas para escolas públicas. A democratização cada vez mais profunda do estado paranaense.

Para concluir, quero fazer um elogio à Deputada Luciana Rafagnin, pela sua maturidade. Ela que é uma representante graduada, já no 3º mandato parlamentar da região sudoeste, umas das regiões mais importantes do nosso estado. Ela foi a Brasília reivindicar por sua região, mas com maturidade e também preservar e lutar a favor de Laranjeiras do Sul. O sudoeste merece um *campus* da universidade, na mesma região. Isso mostra também a acolhida que teve a Deputada Luciana em Brasília, que vem mostrar o caráter democrático do Governo Federal, que está investindo como nenhum outro nas instituições de ensino público, de ensino superior federais do Paraná. Se pauta pela discussão, por ouvir a comunidade, quando toma decisão tão importante como universidades na mesma região.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Martins, por cinco minutos.

## ***Deputado Luiz Carlos Martins (PDT)***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Sei que neste Pequeno Expediente não cabe aparte.

Gostaria de perguntar ao nobre Deputado Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli: V. Exa., ontem, usou o termo capadócio? Exatamente. Então, está confirmado que o Líder do Governo, ontem, usou o termo capadócio. Fomos buscar saber o que é capadócio, o que significa. Inclusive, Presidente Anibelli, até vamos sugerir que tenhamos aqui um dicionário na mesa dos trabalhos. Todo santo dia surge um termo diferente. “Relativo a Capadócia”. Capadócia, antiga região da Ásia Menor; natural habitante dessa região. No Brasil, capadócio significa Deputado Belinati, Deputado Elio Rusch, Carli, Accorsi: “homem pernóstico e maneiroso”. Significa “vagabundo profissional”; parlapatão; trapaceiro; indivíduo que entra em passeatas e decadentes noturnos”.

Grave isso! Muito grave, Deputado Romanelli. Gostaria de fazer um grande debate aqui, não só entre nós dois: de que forma V. Exa. usou essa palavra? Para os Deputados?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, Exa.! V. Exa. pode pegar o meu discurso e verificar que não é em relação aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Informo ao Plenário que não cabe aparte no Pequeno Expediente. Peço ao Deputado Romanelli depois, por questão de ordem, lhe concedo.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Foi dessa forma que entendemos. Significa também “canalha”. Então, nós que apoiamos o ex-Governador Jaime Lerner? Não! Entendi dessa forma e muita gente assim entendeu. Nós que apoiamos o Governador Jaime Lerner somos tudo isso? Isso é da maior gravidade! Precisamos ter cuidado com as palavras que usamos aqui, senão vai se perder o respeito um pelo outro. E isso é gravíssimo. E a partir do momento que perco o respeito por V. Exa. dou um tiro no meu pé, mais um, mais um e também vou cair junto. Dessa forma que entendi e todos aqueles que estavam assistindo a TV Assembleia entenderam.

Então, seria o mesmo que chegar aqui e dizer assim: V. Exa. é um abissínico. V. Exa. está sempre ao lado daquele que ganha, está sempre do lado daquele que está no poder.

Poderia chegar aqui também e dizer: V. Exa. é um macróbio.

Então, o que é macróbio? Uma pessoa com pensamentos velhos. Agora, quem sou eu para dar lição aos meus companheiros? Mas, de repente, Deputado Romanelli, vemos alguns companheiros querendo se transformar em primeiros alunos do professor Requião. Numa dessas, esse aluno pode ficar em segunda época!

Fiquei muito triste com isso. Esta falta de respeito entre nós não pode acontecer. Ou V. Exa. acha que muitos que estão lá fora não concordam com isto? Não, que estão lá fora, concordam.

Eu vi hoje em meios de comunicação pessoas dizendo assim: “No Congresso Nacional está cheio de capadócios”. Eu falei: será que eles também pensam assim da Assembleia, que a Assembleia está cheia de capadócios?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Sra. Deputada Rosane Ferreira.

## **Deputada Rosane Ferreira (PV)**

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje os telespectadores da TV Assembleia devem estar achando que nesta Casa existem muitas Deputadas, não é, Sr. Presidente? A Deputada Cida fez a leitura da ata, a Deputada Beti fez uso do Pequeno Expediente, a Deputada Luciana Rafagnin e agora eu.

Quem estiver assistindo só hoje a TV Assembleia pode se enganar e achar que estamos em condições privilegiadas, mas na verdade continuamos só quatro Deputadas aqui, Sr. Deputado Jonas. Na Legislatura passada também éramos apenas quatro. Temos um desafio grande pela frente, não é, Sra. Deputada Beti? Fazer com que na próxima legislatura amplie a participação da mulher.

Mas o que me traz aqui para usar cinco minutos não é a questão da pouca participação da mulher na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Eu protocolei e tive o apoio dos senhores para três indicações, desde que voltamos para este novo ano legislativo. E quero chamar a atenção para duas indicações que fiz. Uma sugerindo o uso da areia artificial em obras públicas contratadas no estado do Paraná.

Logo que entrei nesta Casa, no ano passado um dos meus primeiros pronunciamentos chamava a atenção para o problema das cavas ao longo do nosso rio Iguaçu e do grande número de mortes por afogamentos, geralmente de adolescentes ou crianças ocorridos nessas cavas, causadas pela retirada da areia e essas cavas sendo largadas de uma forma irresponsável, abandonadas.

Pois bem, fizemos este pronunciamento, naquele ano tínhamos perdido mais crianças e adolescentes nas cavas, vítimas de afogamento, do que as mortes que ocorreram no litoral do estado.

Então, a situação era séria. E agora tomamos a iniciativa de indicar para o nosso Executivo que passe a utilizar areia artificial nas obras públicas contratadas pelo Governo.

O que é areia artificial? Ao invés de cavarmos as várzeas do Iguaçu, poderíamos estar produzindo o pó de pedra. Também impacta no meio ambiente, mas impacta um pouco menos, Srs. Deputados, e pode ser mais bem cuidado esse patrimônio natural.

Então, esta é a nossa sugestão: a exploração de areia natural tirada das várzeas, dentro dos leitos dos rios, impacta o meio ambiente de forma direta e na maioria dos casos de forma irreparável. Quando extraída ocasiona devastação da mata e do solo presente na região, transformando-as em alagados, comumente conhecidas como cavas, que eu me referi.

Em contrapartida, a exploração da areia artificial, feita de forma racional e sustentável, nas pedreiras, permite abastecer o mercado estadual e de agregados com um menor impacto ambiental. Fica assim a nossa sugestão para o Governo do Estado.

A outra indicação vai para a Secretaria do Meio Ambiente. Estamos solicitando a divulgação, em tempo real, do monitoramento do ar da região metropolitana de Curitiba. A Secretaria do Meio Ambiente mantém cerca de 10 a 12 estações de monitoramento do ar, seis no município de Araucária, outras em Curitiba e uma em Colombo.

O que acontece? Se o Deputado Marcelo Rangel ali acessar a internet podemos ver, por exemplo, como está a qualidade do ar em Portugal, em várias cidades de Portugal. O mesmo não se dá com os municípios aqui da região metropolitana. Estas estações fazem o monitoramento, mas só temos acesso a esses dados em 30 dias. Há algum tempo atrás eu peguei um relatório de monitoramento do mês de junho e tínhamos três dias que a situação do ar na região metropolitana estava inadequado, 15 dias regular e os demais satisfatórios.

Então, acho importante, Deputado Cheida, que possamos ter isso on-line, que eu possa estar vigilante em relação à qualidade do ar, porque tenho certeza que as empresas que têm potencial poluidor terão mais cuidado e, principalmente, a Secretaria do Meio Ambiente poderá intervir imediatamente quando a qualidade do ar não tiver qualidade suficiente para que possamos nos manter vivos.

Obrigada.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, Deputado Elio Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Importante aqui na Assembléia é sempre lembrarmos aquilo que temos, aquilo que deixamos de obter, ou aquilo que tínhamos e aquilo que perdemos.

O Paraná e o Brasil na verdade são um estado e um país novos, se comparados com países da Europa, da Ásia e tantos outros lugares do nosso continente. Pois bem, cada governante procura fazer a sua parte, temos bons governantes, excelentes governantes e temos administradores não tão bons. Agora, cada um, Deputado Luiz Carlos Martins, procura, dentro da sua ótica, da sua visão, fazer alguma coisa em benefício da sociedade. O Paraná, por exemplo, no Governo passado, tempo do Jaime Lerner e mesmo em Governos mais passados ainda, cada um procurou fazer alguma coisa para desenvolver o nosso estado economicamente. Não adianta produzir matéria-prima ou produto se não tiver uma infra-estrutura que possa transportar essa produção ou mesmo exportar essa produção! E não adianta, Deputado Miltinho Pupio, ter essa infra-estrutura se você não tem os programas exigidos hoje, mundialmente, já que a economia é globalizada e tudo é globalizado.

Então, vamos falar sobre um assunto que tem chamado a atenção do Brasil inteiro, nesse início de 2008, que é o embargo da carne bovina brasileira para a União Européia. Vamos fazer um paralelo entre Brasil e estado

do Paraná. O Brasil exporta carne há muito tempo, muita coisa já aconteceu na exportação da carne, seja bovina, seja suína, ou seja carne de aves.

Já tivemos uma peste suína africana, na década de 70. Se existiu ou não existiu, ela prejudicou sobremaneira a economia do nosso estado e a economia do Brasil, aqui no Paraná, na década de 90, quando o ex-Deputado Estadual, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, Hermas Brandão, era o Secretário da Agricultura. Em parceria então do Poder Público e o setor privado, criaram o Conselho de Sanidade Agropecuária. Criou-se o Conselho Estadual e se percorreu o estado do Paraná inteiro, em parceria com a FAEP, com os sindicatos, com a sociedade organizada. Criaram no estado do Paraná o Conselho de Sanidade Agropecuária, para fazer com que os produtores da carne bovina, da suína, ou de aves, enfim, de todos esses produtos alimentícios, tivessem a consciência da necessidade de produzirmos produto com qualidade, mas dentro da técnica da saúde. O que aconteceu? Pela primeira vez na história o Paraná, conseguiu no ano 2000 a primeira certificação da exportação da carne bovina. O Brasil já tinha em algumas regiões. O Paraná obteve a primeira certificação em 2000. O Paraná se englobou nesse contexto da exportação da carne bovina para o Brasil e para o mundo inteiro, até outubro de 2005.

Daí veio a febre aftosa. Tinha um foco no Mato Grosso do Sul? Tinha. Vieram alguns animais lá do Mato Grosso, da região onde tinha a febre aftosa participar de algumas exposições no Paraná? Vieram. Mas, o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, rapidamente jogou aos quatro ventos que no Paraná tinha suspeita da febre aftosa. O que aconteceu? Fala-se aqui no Brasil. Implanta-se no site do Governo do Estado. A reação do mercado internacional não podia ser outra a não ser proibir a exportação da carne bovina do Paraná para a Europa e para outros lugares do nosso continente.

Pois bem, o que aconteceu? O Brasil continuou exportando, mas o Paraná não. Mas, a partir do início deste ano, a União Européia proíbe a exportação ou a importação da carne bovina brasileira. O que é que precisamos fazer? O Paraná e o Brasil em conjunto, porque se não tomarmos uma medida - porque o Governo Federal e o Governo Estadual estão tomando algumas medidas, não vamos dizer que eles não estão fazendo nada, estão fazendo sim - mas enquanto o embargo permanece, quem perde? Todos! Perde o Brasil, perdemos o mercado, perdemos a produtividade, perdemos oportunidade e perdemos, acima de tudo, a credibilidade. É lógico, Deputado Cheida, que o país ainda exporta carne bovina para outros lugares do continente, mas a União Européia é uma formadora de opinião, embora saibamos que a grande maioria da carne que é importada lá na União Européia, do Brasil, é carne nobre. Mas isto traz um prejuízo incalculável para o nosso país. E o que é que precisamos fazer? Não viemos aqui só criticar, dizer o que está errado.

Então, algumas medidas têm que ser tomadas, em parceria com os Governos. Quando falo Governo, o Governo Federal, o Governo Estadual e o setor privado, as indústrias. Precisamos concluir o controle da sanidade, através de quê, pessoal? O Governo Estadual contratou alguns técnicos e esses técnicos estão sendo preparados pelo SENAR, que é um órgão da FAEP. Nós sabemos isso. Mas, precisa de carro, de equipamento.

Precisamos aproveitar este momento. Temos o Ministro da Agricultura que é paranaense, o Reinhold Stephanes, amigo dos paranaenses, temos o Secretário Nacional da Defesa Agropecuária, o Inácio Koetz, que é paranaense.

Então, o Governo Estadual, através do Secretário da Agricultura, o Bianchini, tem estas boas intenções, sim. Buscar estas parcerias. Fazer com que possamos resgatar, novamente, aquilo que já tínhamos, no Paraná e no Brasil. Recuperar o terreno perdido. E como é que se recupera isso? No discurso? Não. Na “escolinha” do Governador? Não. Recuperamos isto com ações efetivas, com ações concretas. O Governo do Estado deve procurar, sim, a FAEP, deve procurar os frigoríficos, procurar as empresas, procurar as prefeituras, para que sejam, novamente, reativados os Conselhos de Sanidade Animal, e daí talvez possamos não resolver de imediato, mas fazer com que possamos encontrar uma fórmula e um meio para que o Paraná e o Brasil possam resgatar exatamente aquilo que perdemos.

#### **O Sr. Miltinho Pupio (PSDB) (Aparte)**

Deputado Elio Rusch, estou ouvindo seu discurso que, com muita competência, o senhor está colocando as coisas no lugar. Estou fazendo este aparte até porque conhecia bastante na área de aftosa, e realmente o senhor colocou bem. Tivemos um prejuízo no Paraná, muito grande, por às vezes até uma iniciativa antecipada, quando até por comentários através de jornais e televisão o Paraná teria febre aftosa. E que até demorou muito tempo para se corrigir, para resolver, para examinar os animais, e realmente se constatou que no Paraná não tinha febre aftosa. Isto, o Paraná levou um prejuízo muito grande, inclusive o Brasil.

Mas, qual seria o caminho para resolver, em definitivo? O Governo Federal. Só tem um caminho. O Paraná faz divisa com o Paraguai e infelizmente no Paraguai ainda existe febre aftosa. Ainda não está erradicada a febre aftosa no Paraguai. E aí entra pelo estado do Mato Grosso do Sul e vem para o Paraná.

Estes animais que estiveram na exposição de Londrina e Toledo não tinham mais a febre aftosa. Mas, passaram por uma região que teria tido a febre aftosa e às vezes havia algum sintoma nos animais. E agora você pega uma febre, toma um remédio, sarou, está sarado. Nos animais ficaram alguns defeitos.

Então, o Governo Federal precisa fazer um programa para erradicar também no Paraguai. De que forma? Entrando pelo Mato Grosso do Sul, fazendo investimento no Paraguai, para melhorar suas ações, porque lá no Paraguai não tem estrutura, não tem pessoas humanas para fazer o trabalho que é do veterinário, que é do zootecnista. Não tem automóvel, não tem aparelhagem para fazer um trabalho de erradicação também no Mato Grosso do Sul, que liga com o Paraguai, porque a aftosa vai pelo vento, 15, 20, 30 quilômetros. Como é que você vai evitar? Só fazendo um trabalho no país vizinho.

E desta forma vamos resolver e vai acontecer a melhoria da carne bovina no estado do Paraná e no Brasil.

#### **O Sr. Edgar Bueno (PDT) (Aparte)**

Deputado Elio Rusch, estou aqui acompanhando atentamente o seu pronunciamento, trazendo com muita seriedade essa questão, porque é uma questão de credibilidade, é uma questão econômica do nosso país. E quero lembrar aqui a V. Exa. que a União Européia já faz mais de um ano e meio que pediu a lista das fazendas com gados rastreados. E o Brasil, os brasileiros e as nossas autoridades, enrolaram todo esse tempo para mandar agora, há pouco tempo, uma lista que não correspondia com a realidade, ou seja, mais de duas mil fazendas com gados rastreados. A União Européia, desconfiada que ficou da enorme lista, foi conferir, e aí percebeu que havia informações que não eram verdadeiras, faltando CPF do proprietário, faltando endereço do proprietário, faltando a quantidade de gado que ele tinha em sua fazenda, a rastreabilidade de todo o seu rebanho.

Então, deu no que deu. Mas muito mais do que este prejuízo que temos por não exportar, é o prejuízo da credibilidade da nossa nação, que isso não fica só na União Européia, o prejuízo da credibilidade da nação se espalha por outros países. Então, é uma questão muito séria, e queremos chamar a atenção das autoridades que tenham mais responsabilidade para nos representar. Do jeito que está não dá, com mentira não se chega a lugar nenhum.

Em 1986 estive no Japão, naquela época juntamente com o Governador José Richa, e nessa época o Japão, que já tinha mandado milhões de iens para o Brasil, dizia que só não mandava mais porque eles não prestavam conta, o Brasil não tinha capacidade de prestar conta aonde tinham gastado os iens japoneses para eles poderem mandar as outras remessas. Infelizmente, o brasileiro peca muito nesse sentido da organização, e principalmente da seriedade. Não é o bicho vender para a União Européia, mas é importante manter esse mercado, até para provar que no Brasil temos bons criadores de capacidade internacional, criadores que orgulham toda essa área rural, mas que eles são prejudicados por manipulação daqueles que têm a responsabilidade de falar com seriedade.



Parabéns pelo seu pronunciamento, e eu me somo às suas palavras para dar um rumo correto às atitudes governamentais.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço o aparte dos Deputados Miltinho Pupio e Edgar Bueno.

E quero dizer o seguinte: o estado precisa fazer urgentemente essa parceria entre o setor público e o setor privado. E dizer ao Deputado Edgar Bueno, que nos aparteu com muita propriedade, o Deputado Miltinho Pupio e o Deputado Reni Pereira também faria isso, nós perdemos, eu disse, perdemos o mercado, perdemos oportunidade e perdemos a credibilidade. E como é que vamos reconquistar isso? Refazendo urgentemente essa parceria entre o Poder Público, o setor privado, através das nossas indústrias, que são também os grandes prejudicados, sem contar os produtores. Hoje são os bovinos, temos ainda os suínos. A Rússia não aceita a nossa carne suína ainda, e precisamos resgatar exatamente esse mercado que é tão importante.

Encerro dizendo, Sr. Presidente, muito obrigado. Tenho todos os números que eu gostaria de apresentar, mas dizer que em 2007 o Brasil exportou 1 milhão, 615 mil toneladas de carne bovina, exportamos 552 milhões de toneladas de carne suína, e exportamos 3 milhões, 162 mil toneladas, perfazendo 5 milhões, 329 mil toneladas de carne que exportamos. Éramos os maiores exportadores de carne bovina do mundo. O maior produtor de carne do mundo é os Estados Unidos, mas éramos e temos que reconquistar novamente essa credibilidade e esse mercado que perdemos. E só conseguiremos com parcerias com o Governo Federal, Governos Estaduais, Municipais e setor privado.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma consulta a V. Exa. O relógio lá do painel está funcionando?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Provavelmente a partir da semana que vem já estará funcionando.

Próximo orador inscrito, Deputado Artagão Júnior.

### ***Deputado Artagão Júnior (PMDB)***

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Observava há pouco a importância de cada um poder colocar as suas idéias, representar as suas regiões, mas também observada a importância dos trabalhos dos Deputados em seus gabinetes.

Recebi a ligação do meu assessor de gabinete me alertando das seguintes presenças em meu gabinete:

Prefeito de Lidianópolis, Marcão; o Vice-Prefeito, Casa-grande; o Vereador Tonho de Andrade. Está lá o Prefeito Nassir com sua esposa. Está o Vereador Élio, de Irati; Vereador Ponciano, de Cantagalo; a Prefeita Eliane, de Grandes Rios; Prefeito Eugênio, de Nova Laranjeiras, assim como também o Prefeito Maurício.

Mando a eles o meu abraço, mas estou cumprindo aqui o meu papel. Muitas vezes, quando aqui não estamos, estamos em nossos gabinetes acompanhando os nosso parceiros na busca de recursos para as nossas cidades.

Meu objetivo principal nesta tarde é falar da Comissão de Fiscalização. Ela vem tratando de diversos assuntos polêmicos ao longo desses anos de trabalho nosso nesta Casa.

Nos últimos anos, de forma especial nos últimos meses, semanas, tratamos e trabalhamos na questão do pedágio.

Tentamos realizar uma reunião às vésperas da semana do carnaval. Ainda não havia Sessão Legislativa, mas já havia, sim, trabalhos nesta Casa de Leis. Não tivemos êxito, em função do comprometimento da agenda dos demais participantes, não só dos Deputados mas também dos representantes das concessionárias.

Então, queremos anunciar que na próxima semana, dia 27, quarta-feira, teremos uma reunião da Comissão de Fiscalização desta Casa, com a presença do representante legal, ou designado oficialmente, ou seja, cada concessionária estará representada oficialmente, para tratarmos aqui a questão do pedágio.

Não estamos aqui para fiscalizar se está certo ou se está errado o contrato que já foi realizado e que tem sido julgado pelo Poder Judiciário. Estamos buscando, nesta Casa de Leis, por meio da Comissão de Fiscalização, por convocação e deliberação do Governador do Estado do Paraná, um entendimento na busca de que o interesse público seja obedecido e privilegiado.

Qual seria o entendimento? O Governador já se manifestou, inclusive na reabertura dos trabalhos desta Casa de Leis, é uma reformulação contratual, definitiva e absoluta, nos moldes do atual modelo de concessão feito pelo Governo Federal. As diferenças são grandes, muito embora os direitos e obrigações sejam similares. Por que tanta diferença? É uma das perguntas e se existe por parte das concessionárias o desejo objetivo, real e concreto de conversar, de reformular, de reanalisar o contrato que foi feito. Esse caminho está sendo bem trabalhado.

Temos já a sinalização positiva das concessionárias, no sentido de que desejam aqui estar, aqui participar e manifestar o seu posicionamento. Isso deixa, certamente, a Comissão feliz por essa manifestação de comprometimento das concessionárias. Tenho certeza que o caminho que será trabalhado e traçado pela Comissão de Fiscalização, que é composta por Deputados tanto da Situação quanto da Oposição, será o trabalho da busca do entendimento, do melhor encaminhamento. Tenho certeza que é esse o interesse de todos nós representantes do povo do Paraná.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Artagão, louvo a iniciativa da Comissão de Fiscalização e principalmente de V. Exa., na preocupação com a questão do pedágio, mas ouço falar desse assunto desde o momento em que o Governador Roberto Requião tomou posse como Governador do Paraná, e quero crer que os paranaenses também têm muito bem registrado em sua memória o discurso contundente, forte do Governador Roberto Requião, que afirmava, no curso da sua campanha eleitoral, que o pedágio ou baixaria o preço, ou definitivamente iria acabar. Portanto, quero crer que a responsabilidade de fazer com que o pedágio baixe é do Governador Roberto Requião.

Esta Casa tem feito várias inserções no sentido de buscar alternativas para tentar reduzir o custo do pedágio. Nós também temos esse entendimento de que realmente o pedágio, lamentavelmente, ainda é alto. Louvo sua iniciativa e da Comissão de Fiscalização, mas entendo que quem deve satisfação à população paranaense, e principalmente ao segmento de caminhoneiros e daqueles que transitam pelas estradas do Paraná, é o Governador Roberto Requião, que prometeu em campanha eleitoral e não cumpriu.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

V. Exa., Deputado Traiano, coloca muito bem sobre o histórico. É verdade, sim, que houve essa manifestação do Governador Roberto Requião no sentido de acabar ou baixar o pedágio. Isso é fato e ninguém pode negar. No entanto, enquanto representantes do estado do Paraná, não podemos nos esquivar da nossa responsabilidade.

O Governador tem tentado de forma objetiva, por meio do Poder Judiciário, essa extinção ou redução das tarifas e não tem obtido êxito por decisão judicial. No entanto, não deixou de lutar e não deixará. Esta foi sua manifestação, aqui nesta Plenária, no reinício dos nossos trabalhos. O Governador solicitou o apoio desta Casa, por meio da Comissão de Fiscalização, e não poderíamos jamais nos furtar de fazer a nossa parte no sentido de auxiliar o Governador nessa luta, que é a luta de todo povo do Paraná.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado Artagão.

Queria perguntar ao Deputado Ademar Traiano: e quem instalou o pedágio no Paraná, fez contrato que ninguém entende até hoje, será que não tem responsabilidade?

Lógico que o Governo do Estado quer acabar mesmo, quer baixar. O culpado é ele, que quer baixar e não conseguiu? Ou quem instalou foi uma maldição no Paraná? Não dá! Acho que quem está assistindo a TV SINAL, não dá para entender neste momento, que quem

instalou esse pedágio, aprovou aqui na Casa, não tenha responsabilidade.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Obrigado.

Estamos falando da Comissão de Fiscalização e essa reunião acontecerá na próxima quarta-feira, dia 27. Os membros da Comissão desde já estão convidados e convocados, na próxima quarta-feira, pela manhã, para acompanharem os trabalhos. Temos sempre a presença da imprensa e desde já agradecemos. Naturalmente, quero aproveitar, Sr. Presidente, o restante do povo.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli, que havia me solicitado.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Exa., penso que é fundamental essa reunião da Comissão de Fiscalização, trazer aqui os verdadeiros donos do pedágio no Paraná. Porque todos sabemos, que é uma verdadeira roubalheira a tarifa do pedágio. Sei que ofenderá alguns falar que é roubalheira a tarifa do pedágio, mas quando o paranaense, o brasileiro, começar a pagar o pedágio de R\$ 1, que o Governo está colocando nas rodovias federais, não se sustenta, mesmo com todas as decisões judiciais, essa tarifa abusiva do pedágio. Por isso que os verdadeiros donos do pedágio têm que conversar na Assembléia. na Comissão de Fiscalização, e reduzir essa tarifa, pelo menos diminuir em três vezes o valor da tarifa, para que ela seja razoável para o Paraná.

Parabéns, Deputado Artagão, por ter tomado essa iniciativa. Tenho certeza que V. Exa. vai obter sucesso no seu trabalho. Estou aqui para apoiá-lo.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Sr. Presidente, quero aproveitar esses últimos cinco minutos que nos restam, nesta metade do Grande Expediente, para dizer que hoje foi um dia de grande alegria para muitos de nós, Deputados, mas principalmente para o estado do Paraná, face à grandiosa quantidade de liberação de recursos que realizou o Governo do Estado, na manhã dessa terça-feira, na Escola de Governo. Foram R\$ 300 milhões conveniados e liberados, sejam aqueles através da Caixa Econômica, do BNDES, ou dos recursos próprios do Governo do Estado. São investimentos significativos. De uma forma especial, a maioria deles será investida na questão de saneamento básico, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu observava esses dias um programa de televisão, uma moça que tinha uma casa mal acabada, sem forro, toda úmida. Ela enviou uma carta para um desses programas solicitando o benefício de uma casa. Ganhou a casa e depois de alguns meses recebeu novamente a visita dessa emissora de televisão, para saber como as coisas iam. Uma das primeiras coisas que essa mãe falou, foi que seus filhos não tinham tido mais rinite, asma ou bronquite, porque a umidade já não estava na sua casa, porque a água agora era tratada e eles tinham um teto digno sob o qual morar.

Muitas vezes escuto algumas pessoas falando sobre a questão de o saneamento não ser investimento na questão de saúde. Sei muito bem que esse é um assunto muito polêmico, mas saneamento é, sim, um investimento fundamental e essencial para a qualidade de vida daqueles que não têm condições de construir uma casa digna. O saneamento é necessário, principalmente para aqueles que não podem, com o seu salário e com o suor do seu rosto, viabilizar para a sua família uma estrutura que a grande maioria aqui tem.

Ouvi o Deputado Ribas Carli anunciando alguns recursos do Governo Federal para a região que juntos representamos e a região do norte pioneiro. Ele dizia que essa responsabilidade que hoje o Governo assumia, deixará de ser assumida pelo Governo do Estado.

Quero perguntar ao Deputado Ribas Carli, de todos esses recursos que vêm do Governo Federal - agradecemos ao Governo Lula, pelo vasto investimento feito no Governo do Paraná - existe uma contrapartida do Governo, existe um comprometimento do Governo Requião. Pergunto ao Deputado Ribas Carli, onde está o Prefeito de Guarapuava, que não aceita 30 milhões de investimento naquela cidade, não anuindo um convênio que está lá há quatro anos para ser feito, privando a população de saneamento, privando a população de saúde, privando a população de melhorar a qualidade de vida? Falar dos outros, do cisco que está no olho do adversário, é muito fácil, mas esquecemos da trave que se encontra em nossos olhos.

Infelizmente ele não está aqui. Mas, quero perguntar à nossa região carente - ela necessita, sim, de parceria com o Governo do Estado, de parceria com o Governo Federal, necessitamos de investimento em saneamento - o Governo disponibiliza R\$ 30 milhões para Guarapuava e o Prefeito não assina? Já recebeu ofício meu, do Chefe Regional do escritório de Guarapuava, do Diretor-Presidente da SANEPAR. Comemoramos hoje a liberação de R\$ 8 milhões e 300 mil do Governo do Estado para o município de Guarapuava. Mas, por que renegar 30, Deputado Praczyk? Fazer o bem é obrigação de qualquer cristão! Muito mais daquele que se coloca à disposição para ser um agente público; muito mais daquele que sobe no palanque e assume compromissos com a população, em especial com aquelas menos estudadas, que tem no seu representante político o salvador, a esperança da mudança de vida. Não é possível falarmos dos outros e esquecermos daquilo que é nossa responsabilidade.

Quero pedir ao Deputado Carli, que tem sido um grande parceiro meu inclusive em viagens internacionais na Comissão do MERCOSUL, que seja um agente de convencimento do Prefeito Fernando Ribas Carli, no sentido de que esse recurso possa ser aceito e que possamos ter a liberação desses R\$ 30 milhões para a nossa cidade de Guarapuava, somados com os outros tantos que têm sido liberados pelo Governo Roberto Requião.

Concedo aparte ao Deputado Ribas Carli.

### **O Sr. Ribas Carli Filho (PSB)**

Na questão que V. Exa. fala da SANEPAR, V. Exa. não mencionou a questão judicial que o ex-Prefeito Victor Hugo Burko assinou um contrato, que não foi esclarecido, que hoje realmente tramita na Justiça. Estamos questionando a exploração do esgoto e da água na Justiça por um contrato que foi feito, não sei se por conluio, mas ao arrepio da lei, não cumpre com a legalidade nem com a moralidade. Por isso o Prefeito ainda não assinou o contrato que V. Exa. mencionou.

### **O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)**

Agradecer a manifestação do Deputado Ribas Carli, mas dizer que a demanda judicial em cima do contrato da SANEPAR é algo que está, evidentemente sendo feito, mas que não impede que aceitemos R\$ 30 milhões de investimentos. Que a demanda judicial permaneça, mas que a população não seja prejudicada sendo privada do recebimento de investimento de R\$ 30 milhões na cidade.

Obrigado.

## ***Horário das Lideranças:***

### **O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Horário das Lideranças. PDT, Deputado Augustinho Zucchi.

## ***Liderança do PDT: Deputado Augustinho Zucchi***

### **O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Gostaria de fazer aqui um elogio ao Ministro da Agricultura, Deputado Federal Reinhold Stephanes. Nem tanto até pela questão da carne, mencionada pelo Deputado Elio Rusch, visto que o nosso país passou, no mês de janeiro, a exportar mais no complexo carne do que no complexo soja. Incluindo óleo, farelo, todos os derivados, que é grande em nosso país.

Temos que imaginar o seguinte: por que é que agora a União Européia diz que não quer importar a carne brasileira, especialmente porque foi solicitado ao Brasil 300 fazendas rastreadas e o Ministério encaminhou uma lista de 2 mil e 700 fazendas?

Este é um acordo que foi feito lá atrás - aliás, um péssimo acordo - porque qual o critério que vai adotar o Ministério para estabelecer a seleção de 300 propriedades?

Bom, aí parece muito mais que a União Européia se aproveita desta situação para dar proteção à carne produzida lá que, obviamente, é um custo muito maior do que a carne produzida aqui. Mas muitas vezes escutamos falar neste país o seguinte: que uma família pobre, aliás, era sinônimo de família paupérrima aquela que comia feijão puro, tinha aquela família que não tinha condição de comer e acabava comendo apenas feijão puro, porque o feijão, alimento de primeira necessidade e obrigatório

na mesa do brasileiro, era um produto disponível, Dr. Cheida, para todos os brasileiros. Hoje tem que ser rico para comer feijão puro. Hoje você paga o feijão R\$ 7 o quilo. Mas porque isso acontece? Estes dias foi feita uma pesquisa numa escola aqui em Curitiba e as crianças perguntadas, de onde vinha o leite, diziam o seguinte: 90% respondia que era fabricado na caixinha. Elas não tinham noção que o leite, obviamente, era produzido por uma vaca e que esta vaca é mantida por um agricultor e que este produto vem à mesa daqueles que estão na cidade, que muitas vezes não têm noção de quem produz.

É bom que aqueles que estão aqui na cidade saibam o porquê estão pagando este preço do quilo do feijão: é porque não valorizaram o agricultor no ano passado; é porque pagaram R\$ 30 a saca deste produto no ano passado e deixaram o agricultor à míngua; é porque no ano passado não trataram os agricultores como tinham que tratar. E aí ninguém mais plantou feijão, estamos colhendo uma safra 25% menor do que a outra, faltou o produto no mercado e, obviamente, aumentou o preço.

Mas quero parabenizar o Ministro, porque colocou o dedo numa questão fundamental, Deputado Reinhold Stephanes Júnior, V. Exa. que é filho do nosso Ministro, que representa a nossa sociedade paranaense aqui na Assembléia também. Um estudo do Ministério da Agricultura evidenciou o que já sabíamos há muito tempo: há um oligopólio com relação aos fertilizantes agrícolas. Basta dar uma boa safra, vamos colher agora 136 milhões de toneladas, o tempo correu bem, o preço é extraordinariamente bom, aliás, reflete nos dados do IBGE, porque há pouco tempo aqui em Curitiba e região metropolitana vieram, do interior do Paraná, 400 mil pessoas num ano. Não há política pública que suporte isto. E há uma forma de ajudar a melhorar esta situação: é valorizar quem está lá, produzindo.

E quando a Deputada Luciana fala aqui da Universidade da Mesorregião, com todo o respeito a quem fez o estudo disto, mas não colocaram a universidade na mesorregião. Não estou aqui discutindo se Laranjeiras merece a universidade, porque tem lá vários assentamentos de sem-terra, mas a única região homogênea que discutiu isto e que tem 91% dos pequenos produtores com área inferior a 50 hectares é a região sudoeste do Paraná, e que ficou fora da destinação dessa universidade.

Mas dizia eu o seguinte: quanto mais investir nos agricultores, menos eles virão para os grandes centros. Vem para cá com o sonho de a filha trabalhar no supermercado, de ele pegar emprego no posto de gasolina, de ele ter uma condição melhor do que aquela que tem na propriedade. E agora o Ministério evidenciou que basta ter uma safra como esta que aumenta 30, 40, 50% o preço do fertilizante, lamentavelmente encarecendo o nosso custo de produção.

Três empresas dominam os fertilizantes no nosso país e aí é o seguinte: como todo mal ele não vem de agora. Em 1992 foi privatizada a ULTRAFERTIL e a FOSFERTIL, duas empresas vinculadas à nossa PETROBRAS que

hoje não fornecem e não processam mais a matéria-prima. Passou a ser de domínio de empresas particulares, que abocanharam esse setor e agora o agricultor paga a conta pesada!

Parabéns ao Ministro Reinhold Stephanes que, com propriedade, tem essa bandeira como sua prioridade no Ministério e anuncia o apoio para construir duas fábricas de fertilizantes no país, uma delas no nosso Paraná e não poderia ser diferente, porque respondemos por 25% da produção agropecuária nacional.

Imagino que estamos diante de um desafio. Mudamos de patamar nos preços da agricultura, mas é preciso apoiar, fazer com que políticas públicas possam chegar ao homem do campo! E não vamos separar, o Governador falou daquela tribuna: “O agronegócio caminha com pernas gordas.” Pernas gordas e pés achatados pelo peso que carrega nos ombros! Por que digo isso? Porque não tem agronegócio sem agricultura familiar! No exemplo do frango, somos hoje um grande exportador de frango, mas quem é o produtor de frango senão o pequeno agricultor? Então, não dá para separar o agronegócio do pequeno produtor!

A agricultura é uma só, aliás não sei porquê tem dois ministérios, porque o que difere é apenas o tamanho da propriedade, quem sabe, mas a produção é a mesma. Por acaso um produtor que cultiva um alqueire de moranguinho é diferente de um agricultor que cultiva 50, 100, 200 hectares de milho? Não, não é!

Então, imagino que essa discussão a respeito da agricultura nos interessa. O Paraná é um estado agrícola! Nenhum país do mundo saiu de nenhuma crise senão pela produção, nem mesmo o Japão, que tem o tamanho do Paraná com a população do Brasil! Como dizia um Presidente americano nos momentos de crise: “Em cada panela, uma galinha; em cada propriedade, um poste de luz.” Para evidenciar a importância que tem a nossa agricultura, a agricultura nacional.

Deputado Cheida, ao fazer menção a essa boa ação do Ministro da Agricultura e ao dizer que deve ter o apoio de todo o setor político brasileiro e da classe produtora, concedo o aparte a V. Exa., no intuito de, obviamente, discutirmos essa situação que é importante para o nosso país, a da nossa agricultura.

#### **O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

Agradeço, Deputado Augustinho Zucchi, não no intuito de discutir, mas de parabenizá-lo pelo pronunciamento e lembrar aqui duas coisas: a primeira é que aprovamos, na última segunda-feira, votos de aplausos ao Ministro Reinhold Stephanes. Esta Assembléia aprovou, por unanimidade, quando da sua intervenção no caso dos fertilizantes, dos oligopólio no setor de fertilizantes, que V. Exa. lembra tão bem.

E lembrar, Deputado Augustinho Zucchi e a todos nós, que essas são as mazelas de uma economia de mercado onde o pequeno padece e o grande, sem dúvida nenhuma, floresce.

O que estamos vendo, no caso dos fertilizantes e aí não são mais três empresas a dominar o setor, mas apenas uma, a Bunge, que tem mais de 51% do mercado, da produção à industrialização e ao comércio. As outras sucumbiram! E pasme V. Exa., de 1992 para cá o preço do fertilizante no Brasil que era em dólar, igual ao americano, em torno de 36 dólares, o concentrado de fertilizante, enquanto os Estados Unidos continuaram com os US\$ 30, o Brasil saltou para 70, ou seja, praticamente quase triplicamos o preço do fertilizante, enquanto naquele país ficou estável. Por quê? Porque lá existe o mercado regulador feito pelo segmento público, coisa que no Brasil está fenecendo.

Parabéns pelo seu pronunciamento e espero que isso sirva de exemplo, inclusive ao agronegócio, para achar sempre salutar que existam no Poder Público, órgãos, organismos e empresas que regulem o comércio dos seus produtos.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Agradeço a V. Exa. e incorporo o seu aparte ao pronunciamento que fazemos aqui, e dizer que realmente um dos maiores problemas da agricultura nacional, da agropecuária, é a falta de planejamento. Em qualquer outro país jamais ia acontecer isso que aconteceu com o feijão. A própria China, que no momento acaba consumindo grande parte do fertilizante produzido no planeta, eles têm a fama de proteção, 70%. Eles têm a proteção no seu país. Aqui não temos planejamento de longo prazo. Não temos ainda, obviamente, uma estruturação dentro do setor agrícola. Por enquanto estamos ainda muito na fase do improviso.

Quero dizer o seguinte: muitas coisas no Governo Lula têm sido feitas e têm dado resultado. Uma delas é o PRONAF. O PRONAF agora tem que ter um incremento mais na produção do que na sobrevivência do agricultor. Mas, há uma coisa fundamental que fez, por exemplo, o José Serra, eminente Governador de São Paulo, quando era Ministro da Saúde: ele criou o genérico, para o consumidor poder ter uma alternativa. Quero crer que no caso dos fertilizantes essa iniciativa do Ministério da Agricultura é fundamental, porque quebra esse monopólio, ou esse oligopólio. Quebra o controle que essas empresas têm sobre os fertilizantes.

Aprovamos nesta Casa a Lei do Calcário, que ficou bastante conhecida. Essa lei acabou beneficiando 135 mil agricultores do Paraná, porque o calcário é um corretivo fundamental para a correção do solo. Não adianta você colocar uma semente de boa qualidade e bons fertilizantes que a planta não vai absorver se ela não estiver dentro de um solo corrigido.

Peço que o Governador Roberto Requião, através do Secretário Walter Bianchini, que aliás é meu colega engenheiro agrônomo, conhecedor dessa área, foi um dos formuladores do Programa de Agricultura Familiar do Governo Lula, para que possa colocar recursos para

aquisição de calcário para os pequenos produtores, porque você corrige o solo um ano, daqui a dois anos, três anos têm que corrigir de novo. Sei o quanto sofrem os pequenos produtores por não terem recursos para corrigir o seu solo.

Quero agradecer, Deputado Anibelli, V. Exa. que preside a nossa Sessão, essa oportunidade e deixar registrado aqui que uma autoridade brasileira, Ministro da Agricultura, paranaense que é, merece o nosso apoio nesta investida que dá para resolver um dos problemas mais cruciais da agricultura brasileira, que é a dependência do oligopólio dos fertilizantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PPS/PMN. Deputado Marcelo Rangel não está inscrito, mas eu inscrevo V. Exa. neste instante. V. Exa. tem 10 minutos.

Esta presidência se associa ao Deputado Augustinho Zucchi no seu pronunciamento, pelas referências que ele faz ao nosso Ministro Reinhold Stephanes. Peço ao seu filho, Stephanes Júnior, que transmita a unanimidade desta Casa pelas posições do nosso grande Ministro Reinhold Stephanes.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, primeiramente estou muito agradecido pela liberação deste horário aqui na tribuna.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Hoje é um dia histórico no mundo: Fidel Alejandro Castro Ruiz renunciou. Exatamente há 24 dias, após ter recebido a visita do nosso Governador do Estado do Paraná, que esteve com o Fidel, foi o que fez, talvez, Fidel desencantar com a política.

Hoje vou abordar dois assuntos de extremo interesse para o estado do Paraná. Apresentei um Projeto de Lei, o de nº 802/07, há alguns meses atrás aqui na Assembleia Legislativa. Já passou pela CCJ e também por algumas comissões aqui da Assembleia. Acredito que nos próximos dias estaremos votando no plenário. É um projeto de extrema importância, cuja súmula é a seguinte: “Dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor, no estabelecimento do prestador de serviços públicos”.

Traduzindo em palavras extremamente populares: todos aqueles prestadores de serviço, empresas que prestam serviços públicos, que mantêm contrato de adesão comercial firmados com mais de 3 mil clientes, terão por obrigação instituir escritórios de atendimento personalizado nas cidades. Por exemplo, na sua cidade, Campo Mourão. Empresas como Brasil Telecom, de telefonia fixa, telefonia móvel, empresas de internet, tevês por assinatura, enfim, terão que ter um atendimento persona-

lizado nestes municípios. Então, vai beneficiar, tenho certeza absoluta, os médicos e os pequenos municípios do estado do Paraná, gerando empregos, deliberando inclusive respeito aos cidadãos que precisam ser atendidos com personalidade.

Gostaria também de abordar outro assunto, desta tribuna, porque não me abstenho dos assuntos mais polêmicos, porque acredito que este é o lugar para debatermos. A Casa de Leis do povo paranaense, a Casa da discussão política. Gostaria de falar sobre um assunto realmente polêmico e difícil: a respeito das denúncias que o Senador paraguaio fez ao nosso Governador.

Na minha época o conceito de nacionalista era um pouco diferente da conotação atual. Alguns, inclusive, diziam sobre a importância do nacionalismo e do patriotismo. Mas, com a instabilidade desta terminologia, ninguém mais pode dizer, com segurança, pelo menos sem ser confundido com xenófobos, que é nacionalista. Então, longe de todo nacionalismo, mas com a responsabilidade política que todos nós, Deputados, teremos que ter na vida pública e acima de tudo com patriotismo, gostaria de falar a respeito destas acusações graves que o Senador paraguaio fez, a respeito inclusive de crimes.

Isto é um assunto de responsabilidade de Direito Internacional. Mesmo sendo representante de Oposição e com muito orgulho utilizar desta tribuna, acho que temos que dar prioridade a pronunciamentos e posicionamentos das autoridades brasileiras. Não conheço este Senador paraguaio, por isso não estarei entrando no mérito das denúncias que foram divulgadas neste últimos dias. Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamento. Lamento porque trata-se de um incidente diplomático entre dois países. E um incidente grave.

Por ironia do destino, tudo isto está acontecendo justamente devido ao pronunciamento que o Governador Roberto Requião fez, aqui, na Assembléia Legislativa, praticamente tomando partido e entrando numa campanha política do Paraguai. Temos tantos problemas, Srs. Deputados, na área da Educação, ontem mesmo discutimos sobre o tema de Segurança Pública na região de Foz do Iguaçu, na região de Ponta Grossa, na região de Londrina. Temos problemas na área da Saúde, e agora o nosso Governador também tem problemas fora do país. Só queria deixar registrado que o Governador fez um pronunciamento oficial, e nesse pronunciamento oficial talvez o Líder do Poder Executivo tenha cometido uma das maiores gafes públicas, se não cometeu uma gafe pública, Deputado Waldyr Pugliesi, fez uma denúncia extremamente grave contra esse Poder Legislativo. Vou reproduzir as palavras do pronunciamento oficial feita pelo Sr. Governador: “Vamos ver que espécie de sociedade de criminosos se organiza na imprensa, fora dela, na Assembléia Legislativa, para tentar manchar a imagem do Governador do Paraná”.

Posso até entender, Deputada Cida Borghetti, que talvez devido às denúncias muito graves e pesadas de um político de um outro país talvez tenha acontecido um

total desvio de controle emocional por parte do Sr. Governador Roberto Requião. Ou foi, como eu já disse, um erro, uma gafe, ou então teremos que avaliar a denúncia gravíssima contra a Assembléia Legislativa.

Gostaria muito que a Mesa Executiva, Sr. Presidente, pelo seu poder investido, o senhor fizesse uma interpelação, não precisa nem ser judicial, pode ser uma interpelação extrajudicial, pessoal, ao Sr. Governador, perguntando se realmente existe uma facção criminosa dentro do Poder Legislativo. Se existir vamos investigar. Agora, se realmente foi um erro, foi um lapso por parte do Sr. Governador nesse pronunciamento oficial, acredito que este Poder, que é totalmente independente, não pode ser manchado, tem que ser respeitado e não pode dobrar os joelhos por submissão a quem quer que seja, mesmo ao Sr. Chefe do Poder Executivo. Merece receber públicas, porque a exemplo do discurso do Deputado Luiz Carlos Martins, que com muita propriedade falou sobre um termo, o termo de capadócio - o capadócio - o Sr. Governador falou claramente sobre uma facção criminosa. Acredito que a Assembléia Legislativa merece desculpas. Era isso que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças: Bloco PR/PTB.  
Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PR/PTB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

Comunico esta Casa que a partir de hoje formamos um novo bloco. Este bloco consiste na integração de dois partidos: PR e PTB. E a partir desta semana teremos também a oportunidade de diariamente falar aqui por 10 minutos, no Horário das Lideranças. Fazem parte deste bloco o Deputado Chico Noroeste, da nossa querida Foz do Iguaçu; Deputado Carlos Simões, do PR da capital; Deputado Fábio Camargo, do PTB daqui da capital, e nós.

Por indicação dos companheiros vamos liderar esse bloco para acompanhar as votações. E este bloco terá uma postura totalmente livre. Não há comprometimento do bloco em votar unido. Há liberdade de todos, no momento da votação e discussões dos projetos.

Por outro lado, queria citar aqui uma lei. Aqui nesta Casa muitas leis são descumpridas. Muitas leis feitas aqui, fabricadas, editadas, criadas aqui, não são cumpridas.

Hoje, ao prestar atenção na Sessão, não gosto de faltar às Sessões, porque prestando bem atenção nas Sessões você consegue buscar dados, acontecimentos que ocorrem no transcorrer da Sessão. Por isso dificilmente falto uma Sessão.

Hoje ouvi a Mesa anunciar que o Governo respondeu um pedido de informação feita pelo Deputado Pastor Edson Praczyk. Ele indaga o Governo do Estado

o porquê do não cumprimento de uma lei que determina que o hospital que cobra caução, seja ele público ou privado, pagará de multa o dobro da multa que cobrou daquela pessoa.

A lei diz que será proibida a caução de qualquer hospital público ou privado - Lei nº 12970, de 25/10/00, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk.

Esta lei não está sendo cumprida no estado do Paraná. Eu, particularmente, no ano de 2006, me obriguei a pagar uma caução para conseguir salvar a vida de uma criança.

Não adianta só fazer discurso dizendo que a saúde não vai bem. Tem que resolver os problemas.

E naquela oportunidade, tivemos que apresentar uma caução. E, graças àquela caução, salvamos a vida da criança.

A bem da verdade, gastamos depois R\$ 17 mil, que estamos pagando, porque foi a única forma de salvar a vida do garoto.

Depois de receber essa informação, e o estado diz aqui: *Desta forma, em havendo descumprimento de lei estadual, com previsão de penalidades, não cabe à Secretaria da Saúde qualquer medida administrativa, e sim na esfera judicial.*

Em respeito à sua lei e em respeito àquela criança, estarei levando essa resposta à sua lei e estarei sugerindo que façamos uma ação judicial contra o Hospital Vita, de Curitiba. Ele deixou de atender uma criança.

Essa criança só foi salva porque depois o hospital atendeu, mas só atendeu mediante cheque caução, que foi expedido no dia da entrada da criança, que foi num sábado, e na segunda-feira estava depositado o cheque, já veio a cobrança dos R\$ 10 mil, sendo que a criança não havia utilizado os R\$ 10 mil ainda.

Então, sua lei será colocada em funcionamento. Primeiro, para que haja respeito às leis que se faz aqui e, segundo, não é nem pelo dinheiro, é pelo cumprimento da lei e para que, ao mesmo tempo, Deputado Edson, sirva de exemplo a este Paraná que hospital que cobrar caução vai se incomodar.

Isso vai servir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que outros hospitais não obriguem famílias a arrumar caução que não tem.

Isso é desleal, desumano e, ao mesmo tempo, tem uma lei para ser cumprida. Então, Deputado Edson, vossa lei é de 2000, e muitas devem ter sido vítimas até aqui, muitas famílias são obrigadas a fornecer um cheque caução para conseguir uma consulta. Em respeito à sua lei, em respeito às outras crianças que não podem conseguir uma caução, vamos protocolar, na próxima semana, no Tribunal de Justiça, um pedido judicial baseado na sua lei.

#### **O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Jocelito, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e, também, pela lembrança desta lei de nossa autoria. Vale reforçar as palavras de V. Exa. de que esta lei é oriunda justamente do número de pessoas que me procuraram na ocasião, em 2000, reclamando que mediante a necessidade que se encontravam de internar um filho, um ente querido, foram obrigadas, pela falta de uma lei que impedisse essa prática, a deixar cheques caução. No desespero, elas acabaram vindo até este Parlamento pedir ajuda financeira para cobrir esses cheques e foi quando percebi a seriedade do assunto.

Em 2000, tive conhecimento que essa prática foi realizada não apenas em hospitais privados como também em hospitais públicos. De pronto, munido pela minha assessoria, elaboramos uma proposta de lei que prosperou nesta Casa. A lei existe, como bem enfatiza V. Exa., esta é uma entre outras tantas brilhantes leis nascidas na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que, lamentavelmente, acabam passando despercebidas.

V. Exa. está de parabéns, me solidarizo, me somo a V. Exa. para que, a exemplo desta lei, outras leis também possam ser cumpridas à risca para que a sociedade ganhe com isso.

Muito obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Obrigado, Deputado Edson Praczyk. Quero dizer que é uma forma de garantir a lei e respeitar as crianças. Na próxima semana, trarei a V. Exa. uma cópia da ação que vamos propor para fazer cumprir a lei, não pelo dinheiro, mas para que mais crianças sejam respeitadas neste estado.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Obrigado a V. Exa., Deputado Jocelito Canto.

No horário das Lideranças: PP. Com a palavra Deputado Antonio Belinati.

### ***Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati***

#### **O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Inicialmente, Presidente, quero agradecer aos colegas Deputados porque ontem, em apenas alguns minutos, conseguimos colher as assinaturas necessárias para a emenda que visa mudar a Constituição do Paraná, mudando o critério de escolha do Procurador Geral de Justiça do Paraná.

Quero agradecer aos Deputados que assinaram a nossa emenda. Ela vai tramitar e, se for aprovada, vai garantir a total independência do Ministério Público, quando da eleição do novo Procurador Geral de Justiça do Paraná. Para quem não sabe, hoje, é feita uma eleição e os Promotores de Justiça votam, os Procuradores de

Justiça votam. Vai a lista tríplice para o Governador, que muitas vezes pega e nomeia o terceiro colocado e não aquele que teve a preferência dos colegas do Ministério Público, para a alta função.

A nossa emenda sendo aprovada será, automaticamente, nomeado, querendo ou não o Governador, quem for o vencedor. Se nenhum dos candidatos obtiver no primeiro turno 50% e mais um dos votos, os dois mais votados do 1º turno vão para o 2º turno disputar o cargo de Procurador Geral de Justiça do Paraná.

Quero agradecer aos nobres Deputados e informar a esta Casa, que a nossa emenda recebeu o apoio, não apenas dos colegas Deputados, mas de muita gente de fora da Assembléia Legislativa, que entendeu que é preciso garantir ao Judiciário e ao Ministério Público a sua independência em todas as suas ações.

Sr. Presidente, estamos passando às mãos de V. Exa. um projeto que visa dar aos taxistas do Paraná o mesmo direito que foi dado a essa categoria no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro e em alguns outros estados, o taxista, ao renovar a sua carteira de habilitação, não paga mais nenhuma taxa para o DETRAN. É sabido, nobres colegas, que o taxista, de um modo geral, presta um importante serviço para a população. Até hoje não encontrei nenhum taxista que tivesse ficado rico, milionário, trabalhando com o seu táxi. Às vezes com chuva, com sol quente, à noite, de madrugada, o taxista mesmo não estando bem de saúde vai para a luta, para buscar no seu trabalho o sustento para si e para sua família.

Além de ser uma profissão de alto risco, quantas vezes o pobre trabalhador taxista é assaltado, passa por situações humilhantes e muitas vezes perde a vida, porque o bandido, para roubar, R\$ 40, R\$ 50, R\$ 100 do taxista não respeita a sua vida. Quantos profissionais do táxi já perderam suas vidas, exatamente porque o Governo, que cobra os impostos, não garante a essa categoria e ao povo a segurança que eles têm direito. Abrimos os jornais, agora, é um assombro, é de assustar e de apavorar. Estão matando até por “atacado”, no Paraná. Parece que estão querendo transformar em uma Baixada Fluminense. Isso mostra uma grande deficiência dos órgãos policiais, encarregados de garantir a segurança para a nossa população. Sr. Presidente, o mínimo que devemos oferecer ao taxista é a isenção da taxa, ao renovar a sua carteira de habilitação.

Por último, comentar a renúncia, depois de 49 anos no poder, do grande ditador Fidel Castro. Ele chegou ao poder através de um golpe, derrubando Fulgêncio Batista, que era a autoridade suprema de Cuba. Fidel Castro era, em um passado recente, o que é o Chávez, hoje. O Chávez é hoje o que o Fidel Castro era ontem. O Chávez está aí consagrado na mídia, porque é o antiamericano, está enfrentando o Governo americano. Em um passado não muito longe era o Fidel Castro com sua valentia, na ilha de Cuba, a 300 quilômetros dos Estados Unidos, só atravessar o mar, Fidel Castro quase que provoca uma guerra mundial quando permitiu a instalação de mísseis russos na ilha de Cuba.

De um modo geral, a história mostra que quase todo ditador que permanece muito tempo no poder acaba arrebanhando um bom número de seguidores. Agora, a história mostra também que em Cuba a liberdade é relativa. Quantos adversários de Fidel Castro foram mortos. Se o Lula tivesse ido fazer política no tempo de Sindicato do ABC em Cuba, já tinham matado ele lá também, porque o adversário Fidel Castro mandava matar. Por isso que ele se agüentou no poder 49 anos.

O salário-mínimo em Cuba não chega a R\$ 100 por mês. Na televisão o povo só pode ver aquilo que o Fidel permite que o povo assista. Esse é o lado negro da ditadura. Mas tem, evidentemente, o outro lado. O Fidel Castro conseguiu, com sabedoria, colocar Cuba num destaque extraordinário no campo esportivo. Aqueles cortadores de cana se consagraram no voleibol, no basquete, no atletismo, no boxe. Cuba também é uma das ilhas que mais avançaram no mundo, no campo da Medicina.

No momento em que deixa o poder, vencido pela idade, o já combalido, cansado Fidel Castro, queremos enaltecer os avanços que Cuba alcançou no esporte, na Medicina. Tem muita gente que sai do Brasil em busca de tratamento de problemas de pele que só Cuba tem a solução.

Lamentar que o salário em Cuba ainda seja tão irrisório, tão miserável, e que ainda não haja em Cuba a liberdade que todos devemos pregar para o mundo inteiro.

Esperamos que Cuba encontre agora, com o afastamento de Fidel Castro, aquilo que todos queremos para todo o planeta Terra, que é a ampla liberdade, ampla democracia, com o povo podendo eleger de maneira livre e soberana os seus governantes.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, uma questão de ordem.

#### (Assentimento)

Faço uma questão de ordem em nome da Comissão de Defesa do Consumidor, já que nesta Casa não temos constituída a Comissão de Defesa do Contribuinte, que nada mais é do que um consumidor e um mantenedor também das finanças públicas.

Em relação a algo que V. Exa. se pronunciou, outros Deputados do sudoeste se pronunciaram, que é o fechamento das Delegacias da Receita de União da Vitória e de Pato Branco. Dizer que vamos encampar, pela Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com os demais membros, isso que é o legítimo direito dos contribuintes, porque temos uma lei complementar que instituiu no Paraná o Código de Defesa do Contribuinte. Uma lei muito comemorada, inclusive pelo Governador Roberto Requião, e nesta lei está estipulado que a administração fazendária tem que ser eficiente e econômica para o Poder Público e para o contribuinte. E os contribuintes de Pato Branco, do sudoeste do Paraná, que terão que se deslocar e pagar pedágio para se dirigir ou a Guarapuava ou a Cascavel, certamente não estarão sendo compreendidos e defendidos pela lei complementar que está em vigor.



Já que não temos a Comissão de Defesa do Contribuinte, a Comissão de Defesa do Consumidor vai se somar a V. Exa., aos Deputados Alexandre Curi, Pedro Ivo, Nereu Moura, Caíto Quintana, Ademar Traiano e demais Deputados, Deputado Antonio Martins Anibelli, que representa a região sudoeste também, no sentido de garantir o direito dos contribuintes do sudoeste e da região sul do país.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Acho oportuna a colocação de V. Exa. e tenho certeza que será uma discussão muito importante para o sudoeste do Paraná, enfim, para a região de União da Vitória também.

No horário do PT, Partido dos Trabalhadores, Professor Luizão, por cinco minutos, pois a Deputada Luciana já usou cinco.

### ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

#### O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aqui, primeiramente, agradecer aos meus colegas de Bancada, o Partido dos Trabalhadores, por terem me confiado a Liderança do PT neste ano.

Quero aqui elogiar o trabalho desenvolvido pelo Líder que me antecedeu, Elton Welter, pelo equilíbrio, companheirismo, democracia com que conduziu os trabalhos no ano passado. Espero poder estar à altura de V. Exas. e meu intuito é fazer um trabalho no sentido do consenso e da unidade da nossa Bancada nas questões importantes, claro, em consonância com o PT estadual, com o diretório estadual, que atualmente é presidido pela nossa companheira Gleisi Hofmann e, é claro, que a nossa Bancada aqui tem um lado bastante específico, fazemos parte da base de apoio ao Governo do Estado, isto por opção, opção que fizemos na campanha eleitoral.

Escolhemos um lado porque acreditávamos que este seria o melhor Governo para o estado do Paraná e integramos o Governo, claro, com o Secretário da Agricultura, Walter Bianchini; do Planejamento, o nosso companheiro Deputado Enio Verri; e da Ciência e Tecnologia, companheira Lygia Pupatto. E é claro que estamos contribuindo no Governo do Estado para a realização desse projeto pela melhoria das condições da nossa população paranaense, principalmente da população mais carente deste estado. E é claro que aqui na Assembleia a nossa atitude, a nossa postura tem sido de sustentação ao Governo Roberto Requião. É evidente que pode haver momentos que a nossa Bancada decida votar contrária a algum projeto que consideramos que não atenda aquilo que o PT, enfim, o partido que fazemos parte, prega. Mas, enfim, acredito que o Governo do Estado está no caminho correto, tem executado os programas que atende aos

anseios da nossa população, na linha que defendemos e, evidente, é um grande parceiro do Governo Lula, e o Governo Lula tem contribuído muito com o estado do Paraná nas políticas sociais que a população do Paraná necessita.

Então, fico grato pelos meus colegas e espero poder desempenhar um bom trabalho.

Quero fazer um comentário em relação ao pronunciamento da Deputada Luciana Rafagnin, que esteve em Brasília, acompanhada de uma Comissão do sudoeste e eu entendi que o pronunciamento da Luciana foi no sentido de que esta Comissão foi justamente reivindicar que o sudoeste fosse incluído na expansão de ensino superior, que o sudoeste, na verdade, não está contemplado. E esta Comissão que acompanhou a Deputada Luciana em Brasília entende que Laranjeiras merece também ser contemplado, mas que o sudoeste não poderia ficar de fora, pela importância daquela região. E pelo que eu consegui de informação com a Deputada é que a Maria Ieda Diniz, que é responsável pela expansão do ensino superior no Brasil, assumiu o compromisso junto com um grupo de estudo para que o sudoeste seja incluído nessa expansão do ensino superior.

Quero destacar rapidamente um dado importante aqui do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Brasil, que a economia brasileira gerou, em janeiro, 142 mil 921 empregos com carteira assinada, segundo o Ministério do Trabalho.

Mês de janeiro é um mês que geralmente as pessoas têm dificuldade de conseguir emprego, é um mês antes do Carnaval e o Brasil começa a se desenvolver depois do Carnaval, mas para nossa felicidade o mês de janeiro destes ano teve, em relação ao mês de janeiro de 2007, um crescimento de 35% na geração de empregos. De acordo com os dados divulgados pelo Ministro do Trabalho, Carlos Luppi, do PDT, que tem feito um grande trabalho lá no Governo Lula, no período de 12 meses, encerrado em janeiro deste ano, foram criados 1 milhão 654 mil e 845 postos formais de trabalho, no Brasil. E nos cinco anos já do Governo Lula, quase 7 milhões de empregos. Isso é um reflexo que a nossa economia está aquecida e que o Brasil está crescendo, se desenvolvendo, gerando emprego e renda para a maioria da nossa população.

Era isso, Sr. Presidente.

#### O SR. ANTONIO BELINATTI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não é culpa da Mesa Executiva que fez o melhor, com TV, com painel eletrônico, mas agora há pouco nossos brilhantes jornalistas que cobrem a nossa Sessão aqui estavam me cobrando, e com razão, o painel aponta que tem 47 Parlamentares presentes aqui neste recinto. Quem vem do interior aqui para acompanhar as Sessões pensa até que fugiu da escola: "Será que não sei mais contar?"

Tenho a impressão, Sr. Presidente, que o ideal seria ter um sensor, cada vez que nós saíssemos acusasse que não estávamos mais no plenário, porque pelo painel se entende que são os Parlamentares presentes aqui no plenário. Os jornalistas estão cobrando porque eles são intérpretes do que pensa o povo, eles vêm do interior e vêem escrito ali 47 Deputados e não estão os 47 aqui.

Como a tecnologia está bastante avançada, acho que esse quesito poderia ser perfeitamente corrigido.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Procede a questão de ordem de V. Exa. Vou levar isso à Mesa Executiva para que possa ver uma forma de resolver essa questão de estar constando a presença aqui e o Parlamentar momentaneamente não estar. Apesar de que no momento da votação os Parlamentares terão que estar aqui.

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o PSDB, Deputado Ademar Traiano, Líder do partido nesta Casa.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano***

**O SR. ADEMAR TRAIANO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente quero justificar a ausência do nosso Líder das Oposições, Deputado Valdir Rossoni, que não se faz presente na Sessão de hoje, em função de um compromisso em Brasília, a reunião da Executiva Nacional do PSDB.

**O Sr. Luiz Fernandes Litro (PSDB)**

Me concede um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Agradeço o aparte e quero comunicar que muitas vezes está marcado ali que estamos na Sessão, mas quero dizer que às vezes chega um companheiro que precisa falar com o Deputado e temos que nos retirar e ir até o gabinete. Às vezes, como eu que voto com o Governo, tenho que ir a uma Secretaria de Governo, ou encaminhar os nossos eleitores, porque somos do interior e precisamos atender o nosso povo do sudoeste do Paraná ou do estado do Paraná. Qualquer Parlamentar tem o direito de atender o seu povo do interior.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. zerasse meu tempo, porque o aparte não tem nada a ver com o meu assunto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Casa, na verdade, tem sido palco de muitas discussões importantes do contexto econômico, cultural e social do Paraná. Mas como é uma Casa política, na verdade busca também travar algumas discussões exatamente nos campos ideológico e político. Tenho presenciado aqui discursos contundentes, fortes, de

todos os Srs. Parlamentares, o que enriquece a participação do Parlamentar no plenário da Assembléia Legislativa do Estado.

Acho, não vejo aqui presente neste momento o Deputado Luiz Carlos Martins, gostaria que ele pudesse estar presente, porque vou fazer uma referência a ele na sequência.

Mas, Deputado Luiz Claudio Romanelli, V. Exa. utilizando-se do horário da Liderança da Oposição, na tarde de ontem, fez algumas colocações da tribuna da Situação, com relação ao comportamento dos Srs. Deputados da Oposição nesta Casa. Vou chegar aonde pretendo já na sequência, mas antes de fazer essa colocação, quero, com a permissão dos Srs. Deputados, fazer a leitura, aqui, de uma declaração do Governador Roberto Requião, quando do episódio de uma entrevista na rádio do Sr. Joel Malucelli, com a participação de Fábio Campana, com relação a esse episódio da ida do Pissetti ao Paraguai.

“Requião justifica que pretende processar, além do jornalista responsável pela entrevista, o proprietário da rádio, Joel Malucelli, porque o jornalista atendeu o interesse do proprietário da emissora.”

Diz o Governador Roberto Requião: “Há um ditado popular muito conhecido - se o cachorro te morde, bata no dono do cachorro. O cachorro é um instrumento e o sujeito sem personalidade, é um pau mandado, é o pago, é o mercenário.”

Começo a minha fala nesta tarde dizendo o seguinte, Deputado Romanelli: V. Exa., numa declaração prestada à Gazeta do Povo, no seu pronunciamento, quem sabe na tarde de ontem, afirma: “Os capadócios que vivem na Assembléia, sócios do neoliberalismo, conspiram contra o Governador.”

Deputado Romanelli, tenho o maior apreço por V. Exa, tenho uma amizade realmente que transcende até as brigas de ordem política nesta tribuna. Mas quero dizer a V. Exa. e, espero que tenha compreensão e respeite o meu pronunciamento, porque tenho tido um comportamento aqui nesta tribuna de crítica construtiva, trazendo informações, trazendo números, comparativos que realmente são fundamentais para estabelecer o contraponto entre aquilo que afirma o Governo e o que estabelece a Oposição do Governo anterior. Quero lhe dizer o seguinte, e se o Deputado Luiz Carlos Martins aqui estivesse, eu lhe dizia o seguinte: “Não conteste o Deputado Romanelli.”

Como muito bem afirmou o Governador Roberto Requião e eu não vou lhe tratar dessa forma, porque sei que V. Exa. não merece esse tratamento, mas vou lhe dizer o seguinte, Deputado Luiz Carlos Martins: Não conteste o Deputado Romanelli, porque ele é um instrumento do Governador Roberto Requião aqui nesta Casa. Respondo desta forma, educadamente, Deputado Romanelli. Porque este não tem sido o estilo e o comportamento do Governador Roberto Requião para com os paranaenses, como um todo.

V. Exa., na verdade, neste desejo de defender o Governador Roberto Requião, às vezes se excede. E nós compreendemos isto. Nós entendemos. Este é o papel do Líder do Governo. Tem que fazer a sua defesa, de uma forma intransigente. Mas, cabe a nós, Deputados de Oposição, exatamente estabelecer este contraponto.

É por esta razão que aqui vim, nesta tarde, porque não estava presente na tarde de ontem. E ouvi seu pronunciamento lá no meu gabinete, atendendo algumas pessoas da minha região. Mas, V. Exa. realmente cumpre um papel fundamental, Deputado Rangel. Nós não podemos ficar calados. O Governador Roberto Requião carrega nas suas veias o desejo e o ímpeto de agredir as pessoas. Isto é uma marca. É uma característica própria do Governador Requião. No momento em que ele parar de agir desta forma, com certeza não será o Governador Roberto Requião. Esta coisa do anjo que aqui veio, da condura, discurso manso, meigo, pacífico que fez no plenário da Assembléia é uma coisa inventada, para tentar confundir o nosso cidadão paranaense.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Fiz esta introdução com relação à iniciativa do Governador, quando ele acusa o proprietário da emissora, Joel Malucelli, exatamente para entrar em algo que entendemos muito bem, que é o aspecto político.

Ouvia daquela tribuna, também, o discurso do eminente Parlamentar da região de Guarapuava, quando numa briga local ele afirmava que o Governador tinha a pretensão e o desejo de atender o município de Guarapuava com R\$ 30 milhões e o Prefeito não quis assinar. Muito bem, fez a defesa do seu filho, o nobre Deputado Ribas Carli, justificando as razões do porquê não aceitou.

Mas, quero neste instante, deixar aqui no ar a pergunta ao Líder do Governo. Faço uso do horário da Liderança da Oposição, Sr. Presidente. E a pergunta também cabe ao Deputado Artagão de Matos Leão: por que o Governo não atende os municípios que já estão com recursos autorizados lá no Paraná Urbano, como o município de Cândido de Abreu, que é da região do Deputado Artagão, municípios de São João, Santa Helena, Pérola do Oeste. Por que não atende? Já que o Governador prega aos quatro cantos deste estado que ele não discrimina ninguém, não prega o rancor, o ódio, a raiva, por que ele não atende os interesses destes municípios só porque os Srs. Prefeitos são de Oposição? Será que os Srs. Prefeitos não representam, também, o sentimento encarnado da sua gente, na sua base, que é a essência da vida do estado do Paraná?

Deputado Artagão, Deputado Luiz Claudio Romanelli, faço um desafio, já que o Prefeito de Guarapuava está com dificuldades para receber os 30 milhões no seu município. Por favor: atendam o município de Curitiba com os R\$ 63 milhões prometidos pelo Governador Roberto Requião na sua Casa. Se há uma Casa, Bertoldi, que o Governador Roberto Requião tem que respeitar é Curitiba. As pesquisas sempre lhe deram uma ampla vantagem eleitoral.

Quantas e quantas eleições o povo de Curitiba lhe deu gratuitamente. Governador Requião: não vire as costas para o seu povo, não traia o seu povo de Curitiba. Pode discordar e divergir do Prefeito Beto Richa, mas respeite a sua gente, Governador Roberto Requião, atenda a nossa gente de Curitiba, porque esses recursos são elementares e fundamentais para a vida do homem e da mulher desta cidade.

Governador Roberto Requião, me dirijo diretamente a V. Exa., por que o senhor não cumpre os compromissos do seu Vice-Governador, que quando na sua ausência corre o Paraná como um todo, assina documentos aos municípios; e quando o senhor retorna ao Palácio, V. Exa. rasga e diz que documento assinado pelo seu Vice, Orlando Pessuti, não tem valor. Já ouvimos aqui dentro deste parlamento muitos e muitos Parlamentares afirmando isso, talvez em função de compromissos assumidos não podem subir à tribuna e afirmar aquilo que estou falando. Mas isto é verdadeiro, este é o estilo do Governador Roberto Requião que o Paraná inteiro sabe. Por isso, Srs. Deputados e nobre Líder do Governo, não podemos permitir que V. Exa. possa realmente agir da forma como agiu ontem. Talvez até eu possa entender que a mídia se excedeu nas colocações de V. Exa., que esta afirmação não tenha sido de V. Exa. com relação àquilo que afirmou na coluna do Celso Nascimento, talvez eu até entenda isso. Mas se isso for verdadeiro, me perdoe, não podemos conceber, até porque o Sr. Governador, ele não tem esse comportamento dócil, meigo, humano, como todos tentam vender, principalmente os Deputados da Oposição. Um aparte ao Deputado Rangel.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Muito obrigado, Deputado Traiano. Brilhante pronunciamento na tarde de hoje. Gostaria de falar sobre o caso Pissetti, nós da Oposição, quando estivemos aí nesta tribuna, falamos que o Pissetti deveria pedir para sair. Ele pediu para sair, mas mesmo lá no Paraguai vai ter que dar explicações a esta Casa, à Assembléia Legislativa, de todas as acusações que aconteceram durante a legislação, durante o trabalho dele à frente da Secretaria da Comunicação Social.

Agora, com relação ao processo ouvido do Governador para a emissora de rádio que fez a denúncia, que fez a entrevista com o Senador, isso é digno até de uma analogia popular do interior do estado, de onde eu vim, que dizem que é mais ou menos como se pegassem dois amantes em cima de um sofá e acabar botando fogo no sofá, de raiva. Na verdade, isso é uma questão de direito internacional, e o Governador pode e talvez deva processar o Senador paraguaio pelas acusações, mas não o trabalho de um repórter, ou de um órgão de imprensa, devido à liberdade de expressão, e a liberdade de imprensa tem que ser realmente respeitada no estado do Paraná.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Muito obrigado, nobre Deputado. V. Exa. realmente enriquece o meu pronunciamento. E eu volto, e afirmo que isto, sim, é cerceamento de permitir que um profissional trabalhe no seu veículo de comunicação. O Governador agiu desta forma, está cerceando um direito adquirido pelo profissional de trabalhar no seu veículo de comunicação. Por isso não podemos conceber. E eu quero dizer ao Governador que, com certeza, talvez esteja nos assistindo nesse momento, porque quero crer que o Palácio tem acompanhado a ação dos Deputados: a nossa voz ninguém vai calar, Sr. Governador, nobre Líder do Governo. Instrumento de trabalho, faz a sua voz aqui nesta Casa, com certeza, e o eco de ressonância estoura lá no Palácio e entendemos a sua participação.

Vamos discutir aqui. Sr. Governador, no mesmo nível que V. Exa. nos trata lá fora. Não nos curvamos, não nos rendemos pela forma imposta do Governador de amedrontar, intimidar.

Nasci politicamente na resistência. Lembro-me dos anos de 1964, quando na minha cidade se nomeava todos, Delegados de Polícia, Chefe da Agência de Renda, até o Prefeito nomeava-se. E eu resisti nesse tempo. Fiz oposição àqueles que estavam lá.

Felizmente reconquistamos de reeleger os Prefeitos em 1985, entre os quais o atual Governador do Paraná Roberto Requião que, comigo e mais 12 Prefeitos, fomos eleitos e fizemos os 13 pontos do então Governador José Richa.

Por isso, quero deixar aqui o meu recado: não me intimido, não, Sr. Governador. Estamos preparados para desafiá-los em qualquer circunstância. V. Exa. como Governador deveria, sim, ser um Magistrado, não perseguir os Prefeitos da Oposição. Atendam os Prefeitos da Oposição, dos pequenos municípios do Paraná. Lá os Prefeitos agem como Sacerdotes, como Conselheiros. Enfim, são os homens eleitos pelo voto direto, sagrado e universal, para defender os interesses das suas comunas.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

#### O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Ademar Traiano, acho que o Governador está pagando por aquilo que fez ao Deputado Pastor Edson Praczyk. Inclusive teve uma Comissão nesta Casa que chegou à conclusão que não houve nada daquilo que o Roberto Requião tinha dito do Deputado Pastor Edson Praczyk.

Acho errado caluniar as pessoas quando não se têm provas.

É o que ele disse na tribuna quando veio a esta Casa.

Mas também acho que houve um exagero desse meio de comunicação. Li a manchete e dizia: “Senador acusa Governador sem provas”. Chamou-me muito a atenção essa manchete. E nos outros jornais, nenhum mancheteou a mesma notícia, apenas colunas para documentar o fato.

Estive no Paraguai no fim de semana, agora, e este Senador responde a processo até por crime de calúnia lá no Paraguai.

Então, fiquei preocupado com essa manchete “sem provas”.

Deputado Traiano, dói o coração quando você não recebe uma verba que estava esperando. Fiquei esperando, quando Prefeito de Ponta Grossa, a boa vontade do Governador Jaime Lerner em liberar o Paraná Urbano. O mesmo Paraná Urbano que V. Exa. está falando. Implorei, pedi, cheguei até a fazer promessa, mas não recebi.

Terminei o meu mandato de Deputado e não recebi o Paraná Urbano. A mesma coisa que o Governador está fazendo com o Beto Richa, passei por isso.

Aquilo que sofri, não desejo para ninguém.

Muito obrigado!

#### O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Jocelito Canto, um erro não justifica o outro.

Vou me redimir pelas ações do Governo anterior. Entendo que V. Exa. está coberto de razão com relação àquilo que levanta, mas reafirmo: o homem público investido de um cargo tem que desarmar o seu espírito, como já afirmei em outra oportunidade. Saber compreender que o mandato não lhe pertence e que, na verdade, ele está para governar para todos e não para si.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Sr. Deputado Nereu Moura, no horário do PMDB, por 10 minutos.

### *Liderança do PMDB: Deputado Nereu Moura*

#### O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, a política é palpitante e as palavras são frias. As palavras saem da nossa boca, por vezes do coração e, outras vezes, da garganta, da boca, da língua. A política é mesmo assim: fria e, às vezes, “caliente”.

Vejo o Deputado Romanelli e o Deputado Waldyr Pugliesi, Líder do meu partido, PMDB, falar do Requião. Esse Requião é tão ruim, esse Requião é tão incompetente, esse Requião é tão desastroso que participou de sete eleições até hoje, no Paraná, e foi eleito seis vezes pelo povo do Paraná. Contra números e fatos não há o que discordar. Esse Requião é tão insensível, é tão louco, tão maluco e parece que o povo do Paraná, é igual, porque toda vez que o Requião disputa eleição, ele ganha. Será que é o povo do Paraná que está errado ou será que somos nós ou alguns que tem o direito de discordar do nosso Governador?

Fico aqui ouvindo o Deputado Romanelli falar, discursar, e acho que é uma honra danada ser Líder do Requião, nesta Casa, porque o Requião fala o que pensa, é sincero e, às vezes, fala aquilo o que não quero ouvir, aquilo que alguém não quer escutar, porque ele é sincero. Hoje, na política moderna, nós políticos fazemos pesquisas para ver a opinião da população, para saber o que o povo quer, o que o povo pensa em relação aos diversos temas da nossa vida, mas o Requião, que gosta tanto de política, não se baseia em pesquisa para falar, porque ele fala o que ele pensa. Ele fala exatamente o que está dentro do seu coração, com absoluta tranqüilidade, porque não tem medo, não se dobra, comete erros e falhas, também, como ser humano, mas tem acertado muito mais do que errado.

Eu, Deputado Estadual já no 5º mandato aqui nesta Casa, já subi nesta tribuna por tantas vezes para falar, para criticar e sempre estive do lado do Requião. Estive do lado do Requião quando ele ganhou e, uma única vez, quando ele perdeu. Estive ao seu lado, tenho orgulho disso e tenho satisfação disso, de poder dizer que temos um caminho e que esse Paraná mudou, é outro, graças ao nosso Governador, pela sua inteligência, seriedade, por ser um homem combativo, sincero, uma pessoa que olha longe. Quando Lerner era Governador, para pagar a folha de pagamento dos servidores, tinha que vender parte da COPEL, da SANEPAR, os royalties de Itaipu, dividir as férias dos professores, em cinco, seis, dez vezes para pagar. Hoje, no Paraná, não se vende nada, se paga em dia e se dá aumento, com o mesmo dinheiro que ele tinha lá atrás, porque agora mudou.

Sr. Presidente, podemos ficar aqui e quando o Requião passar...

#### **O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)**

Deputado Nereu Moura, permite-me um aparte?

#### **O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Na seqüência, Deputado Elio Rusch.

Sr. Presidente, podemos ficar aqui e quando o Requião passar, naturalmente, vamos continuar debatendo sobre o Requião, assim como se debate sobre o comandante Fidel Castro.

Ouvi o Deputado Belinati falando do Fidel Castro, homem que foi por 50 anos Presidente de Cuba. Quem sou eu para falar pelo povo cubano? Cinquenta anos na presidência de um país. Se o Fidel Castro fosse tão ruim, com certeza, seria defenestrado do poder e não ficaria por tanto tempo no poder em Cuba.

Escuto aqui falarem do Hugo Chávez, do Bush e por aí afora, é um direito que temos. Assim como tem direito o Governador Requião, como pessoa e como cidadão, de falar da política estadual, nacional ou internacional, principalmente de um país vizinho ao nosso, como o Paraguai. Um país tem, sim, grande repercussão na nossa economia. Um país que precisa de reparos.

Eu, se fosse este Senador Juan Carlos, que é alvo de processos no Paraguai, que deveria lavar a boca com sabão para falar do Governador Requião. Que deveria lavar a boca com soda, para citar o nome do Governador Requião. Vem com mentiras e calúnias. Não dá para aceitar, Sr. Presidente, a infâmia e a covardia de pessoas como esse cidadão, que deveria se preocupar como o Paraguai, com a febre amarela, a aftosa, o roubo de carros, o contrabando e com todas as mazelas daquele país. O Paraná e o Brasil pagam caro por conta da irresponsabilidade dos políticos do Paraguai.

Não nos anima e nem nos entusiasma um político paraguaio, que vem fazer citações e declarações mentirosas e caluniosas em relação ao Governador Requião. Por isso, venho nesta tribuna condená-lo e dizer que ele deveria se preocupar com o seu país, que precisa de muito cuidado. Um país, que já disse, para nós, brasileiros, é um grande problema.

Concluo as minhas palavras dizendo que escutamos os discursos, as falas, condenamos, inocentamos, porque o Parlamentar foi eleito para falar, para “parlar”. Mas, se pudéssemos, quem sabe, fazer uma reflexão, tivéssemos uma análise mais aprofundada das coisas, eu mesmo, talvez, pudesse voltar nesta tribuna e desdizer algumas coisas que disse. Porque às vezes, no ímpeto e no afã de acertar, cometemos erros e falhas.

Hoje, olhando uma pesquisa publicada num dos jornais do Brasil, olhei um fato que me chamou a atenção: 50% do povo brasileiro diz que seria muito bom que não tivesse Deputado no Brasil. O Brasil iria ganhar com isso. Mais de 50% do povo brasileiro. É um dado profundo que deve chamar a nossa responsabilidade, a nossa reflexão para que possamos mudar esse quadro, alterar esses índices para que o povo brasileiro possa entender que o Deputado é importante, necessário e fundamental para que possamos ajudar a construir uma sociedade justa, humana e igualitária.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui registrado. Deputado Romanelli, V. Exa. não estava aqui, que V. Exa. deve ter um orgulho danado de sentar nessa cadeira, de ser Líder de um homem sério, correto, inteligente, competente como é o nosso Governador Requião. Isto na verdade engrandece o curriculum de qualquer político que tenha a função que V. Exa. tem.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Por solicitação do Deputado Edgar Bueno, esta presidência registra com muita satisfação as seguintes presenças: Fabiana Zelinski, Presidente da União Paranaense dos Estudantes; também do Ramon, Diretor; do Vinicius Justus, Diretor da União Nacional dos Estudantes; Mauricio da Luz, representante do DCE da UNIOESTE. Sejam todos bem-vindos em nome desta Casa.

Ainda no Horário das Lideranças, Liderança do Governo.

## ***Liderança do Governo: Deputado Stephanes Júnior (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, vai utilizar o horário da Liderança do Governo o Deputado Reinhold Stephanes Júnior. Mas, só queria numa frase, a questão, tolerância absoluta da Mesa, só gostaria que V. Exa. solicitasse um aparte do Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Aparte concedido.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)**

Agradeço o aparte. Quero dizer ao nobre Deputado Ademar Traiano que há um dito popular e V. Exa. por favor, abstraia aqui de um ditado popular que é muito interessante: “É só pisar no rabo dos capadócios que os abissínios miam”.

Obrigado pelo aparte, Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente da Sessão, Deputado Zucchi, meus colegas Deputados e Deputadas, senhoras e senhores.

Hoje vou ler uma carta de agradecimento, de uma situação muito difícil que aconteceu em Ponta Grossa, com Paulo Montes Luz, que é um amigo meu, do meu tempo de juventude, quando fomos escoteiros e que foi brutalmente assaltado junto com sua família em sua residência.

Começo com a carta e encaminho ao Governador Roberto Requião:

(Lê):

“Infelizmente na manhã de sexta-feira (15) passada, estava em minha residência aqui em Ponta Grossa me preparando para ir trabalhar, quando fui surpreendido com a invasão de minha casa. O crime foi realizado por marginais que atuam na região. A princípio achei se tratar de quatro marginais - o qual ficou aparentemente evidente quando da invasão de meu quarto - mas depois vim a saber que estavam em cinco na residência e ainda contavam com o apoio de mais alguns que ficaram do lado de fora.

A sordidez da atitude dos marginais frente a mim e à minha família não irei descrever. O objetivo dessa correspondência é tão somente elogiar o comportamento e a dedicação da Polícia Civil de Ponta Grossa, no caso. Em especial a atuação eficiente e eficaz da Delegada Geral Sra. Aracy Carmem Costa; do Delegado Jairo Luis Duarte Camargo; do Delegado Rodrigo da Silva Cruz; do Investigador José Carlos Camargo Vargas e dos demais membros da equipe da 13ª SFR.

Saiba que - como funcionário público do estado do Paraná - tive a comprovação da seriedade do trabalho desenvolvido pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná aqui em Ponta Grossa. Sem dúvida alguma uma equipe de alta qualidade, com profissionais extremamente preparados e capazes.

Esta constatação me deixou ainda mais orgulhoso de participar de sua equipe de trabalho desde 2003.

Era o que eu tinha para informar-lhe.

Respeitosamente,

Paulo Montes Luz e família.”

Eles não só atenderam o caso rapidamente, mas elucidaram. O que aconteceu?

Na sexta-feira, pela manhã, quando a moça que trabalhava na casa chegou, ela chegou junto com os marginais que teoricamente a renderam. Lá entraram, literalmente surraram a família, amarraram. O Paulo Montes Luz teve fratura na costela, teve o tímpano perfurado em função da surra que levou, os braços queimados, porque eles tocavam álcool e fogo nos seus braços e nos da família. Da mulher quebraram o nariz, também quebraram as costelas com chutes e socos. A Polícia, depois de acionada - eles foram assaltados e levaram tudo e depois conseguiram se libertar - usando muita inteligência chegou aos bandidos, prenderam e encerraram o caso. Isso em três dias. Acabaram descobrindo que a moça que trabalhava na casa era a articuladora do assalto.

É muito raro virmos alguém fazer elogios à Polícia. Quero hoje, aproveitar essa correspondência desse meu amigo para elogiar a Polícia Civil do Paraná, na pessoa do Governador, na pessoa do Delegado Geral, do Secretário, do Francisco Costa que é o Sub-Delegado Geral, que foi meu Chefe de Gabinete e hoje faz um bom trabalho na Polícia, porque o que eles fizeram foi eficiente, usando de toda a inteligência possível desmontaram uma quadrilha que atuava na região de Ponta Grossa e nos campos gerais como um todo. A brutalidade, a maneira como eles agiam, vinha fazendo com que a população de Ponta Grossa sofresse.

Quero parabenizar essa Delegada e a sua equipe.

Concedo o aparte ao Deputado Jocelito Canto.

**O Sr. Jocelito Canto (PTB)**

Gostaria de confirmar todas as palavras de V. Exa., até porque diariamente estamos em Ponta Grossa e acompanhamos esse caso pelo rádio e pelo trabalho da Dra. Aracy.

É bom colocar que sempre ouvimos muitos comentários aqui sobre Polícia. Morreram 40 no fim de semana, a grande maioria no tráfico de drogas. Alguém citou aqui ontem e é perfeito falar isso, a indústria que mais cresceu no Paraná é a da droga. Todos sabemos isso. Lá em Ponta Grossa, em todas as dificuldades que temos e possamos ter, ainda temos algumas coisas boas, entre elas a Dra. Aracy, que V. Exa. acaba de citar o seu nome, com uma grande equipe, que está no comando da 13ª, que tem oxigenado a Polícia Civil de Ponta Grossa, que tem feito um trabalho perfeito, tem agido, tem feito prisões importantes, tem restabelecido, em muitos momentos, casos que são difíceis de resolver. Ainda ontem, caiu mais uma quadrilha que assaltava postos. Com o equipamento que tem, está fazendo um grande trabalho a Delegada Aracy.

Como também a Polícia Militar vem fazendo o que pode com o novo Comandante Júnior, que vem fazendo um belo trabalho.

Quero me solidarizar ao seu pronunciamento. Sabemos o que passou o Paulo Montes Luz, a dificuldade que ele passou, mas tudo foi arquitetado por essa quadrilha, a partir da empregada. A empregada que organizou tudo, que colocou os ladrões para dentro da casa.

É importante dizer, porque quando acontece uma desgraça é culpa da Polícia, mas quando a Polícia age, trabalha, é preciso cumprimentá-la, como V. Exa. faz aqui nas palavras do Paulinho.

Realmente, o trabalho da Dra. Aracy e sua equipe é muito bom.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Deputado Jocelito. Inclusive quero citar mais um dado: em Curitiba, uns dados sobre assassinatos e mortes violentas, têm caído ano a ano. Em 2005 foram 625, em 2006 foram 599, em 2007 foram 589, que é muito. Comparando com o Rio de Janeiro, onde são 2 mil e 500 homicídios, é relativamente pouco, mas eles têm um número interessante. Eles têm mais 2 mil e 500 pessoas que são assassinadas e não estão classificadas como homicídio, nem como assassinato violento. Fica em causa indeterminada. É um número muito maior, o que na realidade deles é mascarado. Aqui, pelo menos, é muito mais correto.

Também quero aproveitar a oportunidade e desejar que a ilha de Cuba, este país, daqui para frente, com a renúncia do Fidel Castro, tenha mais sucesso, que o país progrida, que o país tenha mais liberdade, que o país gere mais riqueza e que ele seja o último ditador que as Américas já tiveram. Que isto não ocorra mais aqui e que não deixemos, principalmente aqui no norte da América do Sul, alguém mais se criar nisso.

Muito obrigado.

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Antonio Belinati, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido; Protocole-se; Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados; À Diretoria Legislativa para providências.**

Indicação nº 020/08, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado de Obras Públicas, o uso da areia artificial em obras públicas contratadas no estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 021/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a manutenção da PR-317, no trecho entre os municípios de Floresta e Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 022/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a manutenção da PR-549, no trecho entre os municípios de Corumbataí do Sul e Luiziana. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 023/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a manutenção da PR-082, no trecho entre os municípios de Quintas do Sol e Engenheiro Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 024/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a construção do Instituto Médico Legal - IML, no município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 025/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde Pública, a doação de uma UTI Móvel à Santa Casa de Misericórdia de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Dr. Batista, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 167, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a substituição do Deputado Luiz Fernandes Litro pelo Deputado Ademar Traiano, na Suplência do Deputado Francisco Bühner, na Comissão de Constituição e Justiça, bem como a substituição do Deputado Ademar Traiano pelo Deputado Luiz Accorsi, na suplência do Deputado Valdir Rossoni, na mesma Comissão. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 188, de autoria dos Deputados Professor Luizão, Elton Welter, Péricles de Mello, Pedro Ivo e Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando registro para a nova composição da Liderança do PT para o ano de 2008; Líder-Professor Luizão e Vice-Líder-Elton Welter. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 551/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado, e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 551/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º O órgão estadual responsável pela emissão da carteira de identidade, com fulcro no artigo 2º da Lei nº 9049, de 18 de maio de 1995, poderá incluir na Cédula de Identidade, a pedido do titular informações sucintas sobre o tipo sanguíneo e o fator RH, a disposição de doar órgãos em caso de morte e condições particulares de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a saúde ou salvar a vida do titular.

Art. 2º A inclusão a que se refere o artigo 1º desta lei, dar-se-á desde que o interessado a solicite e dependerá, exclusivamente, da apresentação do respectivo documento comprobatório.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.02.08.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 797/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 797/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.02.08.  
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

## ***2ª Discussão***

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 002/08, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que encaminha a prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, referente ao mês de janeiro de 2008, conforme Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. Aprovado, artigo por artigo.**

## ***1ª Discussão***

### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de propriedade do estado do Paraná, cedidos sob a égide da Lei nº 10429/93. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 110/07 de 12/09/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 669/07

### **P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem como escopo a doação de imóvel ao município de Pitanga, estabelecendo que este será utilizado, e exclusivamente, para a implantação de serviços da Administração Pública municipal e caso se comprove uso distinto deverá retornar ao patrimônio do estado.

#### **Fundamentação**

É necessária a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

*Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*



*Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

Tendo em vista que a cessão tem como destino um município do estado do Paraná, resta clara a constitucionalidade da iniciativa do projeto em questão.

Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente a Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, esta Comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

### **COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 669/07**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que dispõe sobre autorização para o Poder Executivo doar aos municípios, imóveis de propriedade do estado do Paraná, cedidos sob égide da Lei nº 10429/93.

#### **Fundamentação**

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

#### **Conclusão**

Como o objetivo é doar aos imóveis aos municípios paranaenses, e que somente poderão ser utilizados por estabelecimentos de saúde, retornando, automaticamente, ao patrimônio do estado, no caso de descumprimento dessa condição, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação apresenta parecer favorável ao projeto de lei, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.09.07

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

#### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 753/07, de autoria do Deputado Mamede, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Alceu Ântimo Vezozzo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ (VOTAÇÃO NOMINAL). (Publ. no DA nº 135/07 de 23/10/07, em Projetos de Lei)

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 753/07**

**P A R E C E R :**

#### **Preâmbulo**

O projeto apresentado pelo Deputado Mamede propõe a distinção honorífica ao Sr. Alceu Ântimo Vezozzo nascido em Cambará, norte pioneiro do nosso estado em 1929. Engenheiro Civil formado na Universidade Mackenzi de São Paulo com pós-graduação nos Estados Unidos. Foi Vereador de Cambará onde iniciou suas atividades profissionais em 1953 na área de construção civil atuando como superintendente da Construtora Vezozzo, empresa fundada por seu pai em 1929 que teve grande desempenho no sul do Brasil, nas décadas de 50 a 70, mas foi em Londrina onde desenvolveu extensa atividade empresarial na área de construção civil, imobiliária, comércio, agricultura e hotelaria, como também nas associações de classe, governo municipal, ensino e assistência social.

Foi Diretor-Presidente da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Londrina e Superintendente do Desenvolvimento Industrial de Londrina. Liderou a construção e implantação do Instituto Politécnico de Londrina onde atuou como Presidente. Construiu e presidiu a Escola de Formação do Profissional Carente e foi sócio do Clube 21 Irmãos Amigos de Londrina e outras organizações congêneres.

Fundou a rede de Hotéis Bourbon de Londrina após a crise dos cafezais dizimados por forte geada comprometendo a economia norte paranaense em 1963.

Aos 77 anos o homenageado preside com muita competência e dedicação a Rede Bourbon de Hotéis e Resorts, atualmente com 11 unidades hoteleiras neste estado, Santa Catarina e São Paulo. A rede de Hotéis Bourbon com mais de 2500 quartos e suítes, figura atualmente entre as dez maiores redes hoteleiras que atuam no Brasil, colocando-se entre as três maiores organizações hoteleiras genuinamente brasileiras, gerando mais de 1300 empregos diretos e 5000 indiretos. Nos últimos anos da Rede Bourbon tem sido premiada por inúmeras entidades de classe pela qualidade de seus serviços, destacando-se o prêmio Top Of Mind do Paraná por ter sido considerada a marca mais lembrada pela população paranaense.

Além disso, o homenageado foi eleito como Hoteleiro do Ano pela ABRAJET, por três vezes em 1993, 1995 e 2004.

Profissionais jubilado pelo CREA e IEP (Instituto de Engenharia do Paraná) recebeu a Comenda concedida por esses órgãos pelo fato de em 50 anos de carreira ter exercido a atividade profissional de engenheiro com denodo e dedicação, sem sofrer nenhuma penalidade ética por parte do Conselho, fazendo uso de seus conhecimentos científicos e tecnológicos em prol da comunidade.

Rotariano desde 1953 ingressou no Rotary Clube de Cambará, clube que tem seu pai como um dos fundadores, e sócio honorário de mais de 70 Rotarys Clube em vários estados do Brasil. Recebeu inclusive o título de sócio honorário do Rotary Clube de Cambará, concedido em 2002 pelos relevantes serviços prestados a comunidade Cambaraense.

Além de todo patrimônio e da sua indiscutível contribuição para o crescimento econômico-social das diversas regiões alcançadas pelo seu profícuo trabalho, também se dedicou ao voluntariado na organização rotariana servindo inclusive ao Rotary Internacional, organização presente nos quatro cantos do planeta.

Serviu sua organização como Presidente de clubes, governador distrital rotário entre inúmeras atividades por muitos e muitos anos no Brasil, culminando em 2001/2003 como Diretor do Rotary Internacional em Chicago - USA, onde levou sua contribuição como brasileiro contribuindo para o aprimoramento geral de suas atividades, inclusive estratégicas, trazendo para nosso país importantes padronizações internacionais em várias áreas dessa organização

Construiu e liderou a construção da Vila Rotary em Cambará, com oitenta casas populares de alvenaria que abriga famílias carentes através de recursos de amigos rotarianos da Califórnia (USA) e da Itália, contribuindo com seus próprios recursos e da Fundação Rotária do Rotary Internacional com o apoio incontestado do então Prefeito de Cambará onde vivem sossegadamente cerca de 500 famílias com qualidade de vida.

Preocupado com a educação o nosso homenageado não parou aí, construiu para a mesma Vila Rotary a “Escola Caetano Vezozzo” em homenagem ao pai já falecido com mais de 1100 m2 de construção e quarteirão isolado destinado ao ensino fundamental gratuito. Contribuiu ainda para a implantação e construção da escola denominada “Os Pinhais”, localizada em São José dos Pinhais, Paraná que oferece gratuitamente ensino técnico para profissionais que buscam formação na área de hotelaria. Contribuiu também com seus próprios recursos para construção do pavilhão principal da escola do Menor Carente de Londrina, denominada Angelina Ricci Vezozzo em homenagem a sua mãe já falecida, escola essa de ensino técnico profissionalizante aos menores carentes da cidade, além de assistência médica, odontológica, psicológica, familiar e alimentação gratuitos.

Recebeu o título de “Cidadão Honorário de Curitiba”, conferido pela Câmara de Vereadores e título de “Cidadão Benemérito” concedido pela Câmara de Vereadores de Cambará, além da Comenda de Cavaleiro da Boca Maldita, sociedade civil de Curitiba, pela notável contribuição ao estado do Paraná. É também Cavaleiro da Soberana Ordem Militar de Malta.

Casado a 51 anos com Dona Lália Zacarias Vezozzo, Administradora de Empresas, tem três filhos e três netos.

### Fundamentação

Pela Lei nº 13115 de 14/02/2001 em seu artigo 1º é concedido o título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos enumerados nesta lei. Assim dispõe o artigo 1º:

“Art. 1º. O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.”

Quanto à competência legislativa a mesma lei em seu artigo 2º assim dispõe:

“Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.”

### No Mérito

Ante ao exposto verifica-se a plena competência afeita a esta Casa para iniciativa do presente projeto de lei.

Quanto aos requisitos exigidos para a titulação o homenageado indiscutivelmente pelo longo currículo apresentado e pelos relevantes serviços prestados a sociedade paranaense, enquadra-se perfeitamente nos termos da Lei 13115 de 14/02/01.

### Conclusão

Diante da constitucionalidade, legalidade e estando o presente projeto de lei enquadrado dentro dos parâmetros da boa técnica legislativa previstos na Lei nº 095/98, somos de parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR- Relator

### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, a pedido do nobre Deputado Mamede, quero encaminhar o título de Cidadão Honorário concedido ao Sr. Alceu Vezozzo.

Queria antes comunicar a Casa que o Deputado Mamede está de licença médica, tratando de uma enfermidade grave, mas por conta até da idade avançada ele sofreu um tombo na sua residência e fraturou o fêmur e o braço. Hoje foi submetido a uma cirurgia, que terminou há momentos atrás. A cirurgia foi muito bem sucedida e se Deus quiser, num prazo curto teremos o nosso companheiro Mamede de volta à nossa Casa.

Sr. Presidente, quero dizer que uma das preocupações do Deputado Mamede, ainda ontem à noite quando eu o visitava no Hospital Nossa Senhora das Graças, era justamente com este título de Cidadania Honorária concedida ao Sr. Alceu Vezozzo.

Nosso querido Deputado Mamede é muito agradecido ao Sr. Alceu Vezozzo. Como todos sabem, ele é proprietário da rede de Hotéis Bourbon, um homem que já tem 77 anos, uma vida de serviços prestados à sociedade paranaense e especialmente à cidade de Cambará. Vou relatar aqui um dos feitos do Sr. Alceu Vezozzo, que fundamenta até o ponto de vista da benemerência que ele, como empresário, tem tido em relação à sociedade para a qual tanto contribuiu e, é claro, fez com que ele pudesse se tornar um empresário vitorioso em nosso estado e nos estados vizinhos, pela expansão da rede.

Ele, quando liderava o Rotary Clube, conseguiu construir em parceria com a Prefeitura de Cambará, 80 casas populares com recursos que ele articulou e provenientes de rotarianos do estado da Califórnia, que contribuíram com esses recursos. Ainda conseguiu construir uma escola nesta mesma área das 80 unidades habitacionais que se chama Escola Caetano Vezozzo, uma homenagem, é claro, ao progenitor do Sr. Alceu Vezozzo e que é uma obra fantástica que atende às crianças cambaraenses. É uma pessoa que tem dedicado a sua vida a fazer o bem!

Aquilo que temos discutido com relação aos títulos da Cidadania Honorária e Benemerita, aqui está o exemplo de alguém que merece ser cidadão paranaense por conta do grande bem que já fez à sociedade paranaense. Por isso, aqui encaminho esse título, em nome do nosso querido Deputado Mamede e esperando receber o apoio de todos os Srs. e Sras. Parlamentares que aqui exercem dignamente seus mandatos.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está em votação. Solicito aos Srs. Deputados que usem o voto eletrônico, digitando SIM para o voto favorável, NÃO para o voto contrário e também que seja registrada a abstenção.

Está em votação.

Encerrada a votação.

**A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)**

Nós havíamos, no primeiro dia em que o painel nos foi apresentado, solicitado da possibilidade que procedêssemos a votação, a digitação aqui nos nossos terminais e que eles aparecessem simultaneamente, todos ao mesmo tempo, para que não houvesse a condição de ser induzido.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Quando encerrar a votação, aparecem os votos.

**A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)**

Exatamente. Ao finalizar a votação, aparecem os votos. Finalizou a votação, nós teríamos o resultado na tela, e não conforme está sendo feito agora.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Procede a questão de ordem de V. Exa. Vou solicitar ao controle do painel, que possa proceder desta forma.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) (Pela Ordem)**

Quando se digita o NÃO e quer-se corrigir para o SIM, que dê um espaço, a presidência, para que haja esta correção. É o caso que se está fazendo, aqui, com o Deputado Duílio.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Não entendi a questão de ordem de V. Exa.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (PDT) (Pela Ordem)**

Quando existe um erro no digitar, ao invés do SIM foi digitado o NÃO, que a presidência conceda alguns minutos ou segundos para a correção devida.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente.

**O SR. OSMAR BERTOLDI (Partido Democratas) (Pela Ordem)**

Gostaria de informar à presidência que ainda não está totalizado o SIM e o NÃO no painel.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Nós já encerramos o processo de votação. Gostaria que fosse totalizado.

**O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)**

Só para uma explicação, gostaria de informar a V. Exa. que infelizmente minha máquina não funcionou, não pude votar.

**O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (Pela Ordem)**

É o meu caso, Sr. Presidente. Meu voto não apareceu ainda. Eu gostaria de votar.

**O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)**

Se votasse, meu voto seria SIM.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Agradeço a V. Exa. por corrigir esta falha momentânea.

**O SR. JONAS GUIMARÃES (PMDB) (Pela Ordem)**

Nem o voto do Deputado Pedro Ivo e nem do Deputado Jonas Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vejam bem, Deputados, infelizmente já encerramos a votação. Na próxima votação, vamos estabelecer um tempo maior para que todos possam votar e inclusive corrigir o erro que porventura venha a acontecer.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (**Pela Ordem**)

Da mesma forma, eu queria fazer a correção do voto, porque nós votaríamos SIM. São três Deputados solicitando, estamos aprendendo o sistema e não houve neste interstício do tempo, funcionamento do painel.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP) (**Pela Ordem**)

Meu voto também é NÃO. Gostaria que meu voto fosse mudado para SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o painel está acusando 33 votos SIM e dois NÃO. Dá um total da soma, 41 votos. E é 35.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede sua observação. É a mesma feita anteriormente. Apenas e tão somente temos, aqui, computados, 33 votos computados para o SIM e 2 NÃO, devidamente corrigidos.

O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de pedir a gentileza da Mesa e de V. Exa., que neste momento de adaptação, em que todos os Deputados estão se adaptando ao painel eletrônico, que fosse dado mais tempo antes do encerramento da votação, até que todos possam ter a agilidade para votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Na próxima votação vamos dar mais tempo.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, diante de tantas dúvidas, por que V. Exa. não anula o resultado e volta, para que os que votaram NÃO possam se retratar, ou aqueles que chegaram atrasados possam votar, porque destoa o 35 para o 41. Acredito que como é experiência, em homenagem ao Deputado Mamede, que aqui não está, encontra-se acamado, operado às 15h, poderíamos, porque inclusive durante o processo vários Deputados usaram da palavra, o que não pode em processo de votação.

Quer dizer, estamos nos adaptando. Então V. Exa., democrata que é, poderia fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Anibelli, gostaria muito de poder atender a sua questão de ordem. Acho que seria importante, mas recebo a informação do controle do painel que isso não é possível para efeito de registro nos Anais da Casa, não é preciso voltar atrás na votação.

Bom, peço desculpas aos Deputados por não ter dado o tempo suficiente para corrigir os votos daqueles que, por acaso, equivocaram-se no voto e na próxima votação vamos estabelecer um tempo maior, o suficiente para fazer essa correção. Mas registre-se aqui a correção do Deputado Edgar Bueno e do Deputado Kielse.

O SR. EDGAR BUENO (PDT) (**Pela Ordem**)

Achei importante a observação que fez o Deputado Anibelli. É procedente, não posso acreditar que não dá para limpar o painel e V. Exa. pedir a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Veja bem, eu recebi a informação que não dá.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o projeto já foi aprovado. Nas próximas votações V. Exa. vai poder corrigir as falhas da primeira votação. Então, não há o que se discutir, o projeto está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu atento pela questão de ordem do Deputado Nereu Moura. **Está aprovado o projeto, por unanimidade.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para destacar que o pedido da Deputada Rosane tem procedência. Agora, na próxima votação do veto, que não apareça cada um votando individual para que não induza ninguém. Eu gostaria que V. Exa. confirmasse.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para que seja simultâneo? Perfeitamente.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Pela Ordem**)

A Mesa Executiva ficou em débito com esse Parlamentar, porque foi prometido que se experimentaria limpar todo o painel para não ter essa totalidade de verde, uma vez que nem todos os Parlamentares estão, e que se procedesse então a votação. Até hoje ainda não se fez essa experiência, e solicito a V. Exa. que então se experimente dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está acatada a questão de ordem de V. Exa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Praczyk naquela ocasião, assim como a Deputada Rosane, fez essa manifestação. No entanto, o Presidente Nelson Justus, naquele dia, pediu um prazo no que diz respeito a essa situação para que pudesse ser feita uma acomodação, um aprendizado dos Deputados, e depois disso seriam feitos esses testes, muito embora seja extremamente válido, só fazendo essa observação em função da ausência do Presidente Nelson Justus.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

### **Discussão Única (Proposição)**

#### **ITEM 06**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 050/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 120/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado naquele município. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 091/07

Curitiba, 31 de maio de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 062/06, dessa Presidência e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 120/07, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja doação é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 120/07, encontra-se publicado no DA nº 010/07, em Projetos de Lei)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 050/07

P A R E C E R :

#### **Prêambulo**

O Projeto de Lei nº 120/07, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Jandaia do Sul, de parte de imóvel situado no perímetro urbano do município, registrado sob a matrícula nº 2.609, do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul.

#### **Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional, ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu Relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente - em exercício

FRANCISCO BÜHRER - Relator

#### **Em discussão. Em votação.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

O Governador vetou com fundamento na Constituição. Nas razões de estado, em função da competência privativa do Governador em relação à organização e funcionamento da administração estadual.

Quero informar que o objetivo do Deputado Stephanes já foi alcançado, num processo que a administração estadual pudesse atender o pleito formulado.

Solicito aos Deputados integrantes da nossa base que votem SIM, para manter o veto.

E pedir também para a Bancada Independente e para a Bancada da Oposição que também votem SIM em relação ao veto, porque já há solução dada para esse tema proposto pelo Deputado Stephanes.

Muito obrigado!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) (**Para Encaminhar**)

Fui Vereador duas vezes em Ponta Grossa, sou Deputado pela terceira vez e tenho entendimento diferente.

É legal e legítimo um Deputado apresentar um projeto autorizatório.

O Governador, para doar um terreno ao município, tem que mandar uma lei para esta Casa.

Se um Deputado manifesta a sua vontade, e apoiado pelos demais Pares, autorizando previamente o Governador doar, ele faz a doação sem passar pela Casa.

Entendo que, para fortalecer o Poder Legislativo Constitucional, devemos aprovar projetos autorizatórios.

Eu mesmo tenho um projeto que está na CCJ que mudei para autorizatório, instituindo programa de estímulo operacional à Polícia Militar e defenderei o meu projeto.

Portanto, voto contra o veto do Governador neste caso.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, gostaria de pedir aos DEputados da Oposição para votarem a favor dos municípios, votar NÃO.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação o veto. Os favoráveis deverão votar SIM. Os contrários deverão votar NÃO. Há também a possibilidade de abstenção. E para derrubada do veto são necessários 28 votos.

Está aberta a votação. Todos têm a possibilidade do voto.

Estamos ainda em processo de votação.

**(Continua processo de votação)**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, esse que é o problema das votações: cada um vai votando, se demorar a votação induz mais pessoas a votarem contra ou a favor. V. Exa. havia dito que apareceria o resultado só no final da votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, não há razão de omitir o voto de ninguém e não há razão de imaginar que porque está votando vai induzir alguém a votar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas aqui acontece. O senhor sabe que acontece!

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Pela ordem, Presidente.

**(Assentimento)**

Não justifica a observação do nobre Deputado Jocelito Canto, porque todos têm sua personalidade aqui. Alguém iria votar diferente, mesmo sabendo do voto do outro.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Não existe indução de voto na Assembléia. Cada um vota como quer e é transparente o voto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

**(Termina o processo de votação)**

Vinte e dois votaram NÃO; 21 votaram SIM. Portanto, **está mantido o veto.**

## ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 121/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 507/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de imóveis situados no município de Janiópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC Nº 378/07

Curitiba, 08 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 293/07, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento

de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 507/07, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelas razões que passo a aduzir.

Pelo Princípio da Separação dos Poderes, entendo que o Legislador Estadual cumpre a sua função legislativa, ao apresentar a proposta de doar ao município de Janiópolis, imóveis contidos no patrimônio do estado do Paraná, conforme especifica e também justifica.

Conforme dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 23, é de competência comum da união, dos estados e dos municípios, zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Pois bem, conservar o patrimônio público é uma das competências atribuídas ao estado, e o agente público que infringe o dispositivo constitucional atenta contra a Carta Magna.

Já a Constituição Estadual, em seu artigo 87, inciso VI, aduz que é competência privativa do Governador a organização e o funcionamento da Administração Estadual, onde, inclusive, se insere a gestão do patrimônio público.

Importante destacar que, no vocabulário jurídico, patrimônio público é *“representado pelo conjunto de bens que pertencem ao domínio do estado, e que se institui para atender a seus próprios objetivos ou para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas”* (Silva, De Plácido e, Vocabulário Jurídico/atualizadores: Nagibi Slaibi Filho e Gláucia Carvalho - Rio de Janeiro, 2007, Editora Forense, pág. 1015)

A definição acima citada não deixa dúvidas quanto à destinação dos bens públicos, qual seja, o atendimento de seus próprios objetivos, não restando possibilidade de o estado desfazer-se o patrimônio que se compôs, visto que deve aplicá-los em seus propósitos.

Importante dizer que os bens públicos são inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis e, portanto, o agente público deve agir com a cautela pelas responsabilidades que lhe recaem em função dos seus atos.

Assim, conclui-se que, embora o legislador desempenhe sua função legislativa, o estado deve cumprir o disposto na Constituição Federal, de conservar o patrimônio público, e o disposto na Constituição Estadual, o Governador, como Chefe do Poder Executivo, dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 507/07 encontra-se publicado no DA nº 080/07, de 12/07/07, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 121/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O Projeto de lei nº 507/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, vetado pelo Governador do Estado, que estabelece a possibilidade de doação pelo Poder Executivo de imóveis ao município de Janiópolis.

**Fundamentação**

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de 15 dias úteis, contados da data de seu recebimento. Vejamos:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

**Em discussão. Em votação.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Este projeto, de autoria do nobre Deputado Cleiton Kielse, que é nosso companheiro e integra a nossa Bancada, ele pretendia fazer a doação de dois lotes de terras, cada um 45 m<sup>2</sup>, para o município de Higienópolis. Ocorre que o parecer emitido pela Secretaria competente é contrária a doação do imóvel. O veto atende o mandamento constitucional, do princípio da separação dos Poderes, ou seja, há um vício de iniciativa, embora possa até se fazer um discurso em relação aos projetos autorizatórios. Como sabe, conservar o patrimônio público é uma das atribuições do estado. O agente público que infringe o dispositivo constitucional atenta contra a Carta Magna. A Constituição, em seu artigo 87, inciso VI: *é competência privativa do Governador a organização e o funcionamento da legislação estadual, onde se insere a gestão do patrimônio público*. É importante destacar que no vocabulário jurídico, o patrimônio público é representado pelo conjunto de bens que pertencem ao domínio do estado e que se institui para atender aos seus próprios objetivos ou

para servir à produção de utilidades indispensáveis às necessidades coletivas.

Portanto, Sr. Presidente, é necessário que o nobre Deputado Cleiton Kielse possa transformar em uma indicação legislativa o presente projeto de lei que foi vetado, para que o Executivo possa tratar desse tema de uma forma muito objetiva, para que se possa, se for o caso, uma mensagem do Poder Executivo vir a esta Casa, fazendo uma doação ou a cessão do uso desses imóveis ao município de Higienópolis. É necessária essa compreensão dos Srs. Parlamentares, para que possamos, sempre respeitando o interesse público, tanto do estado quanto do município de Higienópolis, especialmente, da representação política que tem o Deputado Cleiton Kielse naquele município.

Pedimos as Sras. e Srs. Parlamentares a manutenção do voto, digitando o SIM nesse veto, para que possamos manter aqui os preceitos constitucionais e a reserva legal, em relação à iniciativa dessa lei, que tem que ser de autoria o Chefe do Poder Executivo Estadual.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Consulto o nobre Deputado Kielse, qual a orientação que ele nos dá para votar nesse projeto, já que ele tem a mesma iniciativa do projeto anterior. Gostaríamos de seguir a orientação do Deputado Kielse. Fiz 400 votos neste município e, portanto, vou acompanhar votando NÃO e recomendo também aos meus companheiros de Oposição.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está em votação.

**O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)**

Para encaminhar a votação, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Venho pedir a todos os Deputados que estão aqui, pelo acordo que fizemos com o Palácio ainda há pouco, que votem SIM ao veto. Pelo rito processual que adaptamos pelo Governo do Estado, na doação dos imóveis, na doação de bens móveis, também serão na sequência doados aos municípios. Vamos encaminhar pela votação SIM.

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)**

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, gostaria de pedir aqui à Bancada de Oposição e aos demais Deputados que votassem NÃO a esse veto do Governador, porque esse é um município da base da minha região. Tenho certeza que o Deputado Kielse quando apresentou esse projeto, realmente queria ajudar o município de Janiópolis e

quero pedir ao Deputado Ademar Traiano e demais Deputados que fizeram campanha lá, dizendo que iam defender o município de Janiópolis aqui, que votem conosco agora, pedindo que votem NÃO.

Concordo muito claramente com o Deputado Péricles quando ele diz que nós aqui podemos sim oferecer ao Executivo projeto autorizatório.

Cabe ao Governo depois cumprir ou não. Estamos apenas autorizando.

Portanto, quero defender aqui os moradores de Janiópolis, da nossa região. Peço ao Deputado Ademar Traiano, ao Deputado Kielse que nos ajudem com esse veto, assim como foi o Deputado Reinhold Stephanes agora, votando NÃO, mesmo sendo um projeto do Governador.

Obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Pela Ordem, Sr. presidente?

**(Assentimento)**

Gostaria do entendimento de respeito que tenho ao Deputado Douglas Fabrício. Ele sabe muito bem que sou Deputado em Janiópolis há mais de 15 anos. Noventa por cento dos projetos efetivamente inaugurados naquele município foram pela minha presença de espírito e de trabalho em favor do município.

Em acordo com o Prefeito que esteve ontem comigo, em acordo com o Governo do Estado, estamos votando, pelo respeito que tenho à palavra do Governador Roberto Requião. Votamos SIM, para que o rito processual, administrativo, seja cumprido. Nunca, Deputado Douglas Fabrício, eu votaria contra um município aonde tenho base. E muito menos a Janiópolis, onde tenho um carinho especial.

Por isso, as palavras de respeito, Deputado Douglas Fabrício, respeito à pessoa de V. Exa., mas não entendo que esteja votando contra o município. Estou votando sob um acordo com o Governo do Estado e peço aos meus Pares, que em respeito ao Governador Roberto Requião, a sua palavra como governante, votem SIM. Porque teremos a doação não só deste imóvel, mas de vários outros projetos que estou encaminhando junto ao Governo do Estado.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, mais do que um encaminhamento é um registro, uma orientação à Bancada Independente, uma vez que está havendo esse conflito. Na justificativa da proposição o Deputado Kielse pede o apoio e agora pede para votar contra, a favor do veto e contra o projeto. Então, oriento o Bloco Independente que nos abstenhamos desta votação.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, estamos tratando de doação de patrimônio do estado. A boa regra é aquela que haja acordo entre o interesse do Poder Executivo local. Isso é patrimônio do estado. O Poder Legislativo tem a prerrogativa de fazer indicação legislativa que é o processo legislativo adequado. O Prefeito, com a sua autoridade local, procura o Poder Executivo Estadual alegando a justificativa da necessidade da permuta ou da troca do terreno. É um procedimento adequadíssimo. Isso deveria ser praxe desta Casa. Independente se o Prefeito for de Situação ou Oposição. Como existe na Casa a prerrogativa da indicação legislativa o Poder Legislativo faz o rito processual adequado e com certeza será exemplo para o país se assim procedermos.

Obrigado!

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero esclarecer o meu ponto de vista. Estou discutindo uma questão de método, não uma questão de mérito. Acho que todos os Deputados aqui são favoráveis a que seja doado o terreno que o senhor pediu, Deputado. Voto contra o veto do Governador, por uma questão de método. É preciso que fique claro isso. Sou um Deputado da base do Governo, mas entendo que do ponto de vista do método, fortalece o Poder Legislativo a possibilidade de apresentar projetos autorizatórios. Pode ser uma diferença sutil. Mas, é substancial, é diferente um projeto de lei de uma indicação legislativa. O projeto de lei muda a tramitação. Ora, se o Governador para doar um terreno precisa mandar o projeto para esta Casa, estamos nos adiantando, autorizando que ele faça a doação e não precisa mais passar pela Casa. É sutil, mas é método.

Acho que defender esta postura é defender o Poder Legislativo.

Não tenho nada contra o Governo, sou da base aliada. Todos nós aqui não estamos votando o mérito, inclusive o senhor pediu. É uma questão de método e por ser uma questão de método eu vou votar contra o veto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só acho o seguinte: que quando o autor quer, ele retira - existe o segmento de o autor retirar aquilo que ele fez.

É lamentável que as pessoas que estão nos assistindo estejam vendo esta confusão aqui e eu concordo com o Deputado Elton Welter que diz que pode se indicar. Por exemplo, o Deputado Cleiton é aliado do Governo - combinou com o Governo que vai levar aquele imóvel para o município de Janiópolis - se ele combinou com o Prefeito, combinou com o Governador, não cabe projeto, o Governo pode mandar diretamente. O que cabe é indicação, e para dar esta confusão, porque agora o próprio Deputado vai votar contra. Tem gente que está em casa e não vai entender isto.



Então, se o Governo tiver que mandar para cá para a Assembléia autorizar, que o Governo mande, mas que não seja Deputado, que o Deputado faça a indicação, porque senão as pessoas que estão em casa não entendem - como é que o Deputado autor vai votar contra? E daí já aparecem as outras confusões dos outros Deputados.

Mas, enfim, Sr. Presidente, só queria deixar este destaque aqui para que não haja confusão e o autor não passe depois, diante de todo mundo, que ele está votando contra ele mesmo. Na verdade, ele conseguiu isto, deu certo e o projeto será aprovado.

**O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, já é a segunda vez que somos submetidos a esta situação em que o nobre Deputado, que admiramos tanto, o Deputado Kielse, apresenta um projeto e depois há o entendimento dele com o Governo e ele fica contra o próprio projeto dele.

Aí fica a minha cabeça de caipira totalmente confusa. Como que eu vou votar a favor do Governo ou contra o projeto em que o próprio autor está dizendo que não é para ser derrubado o veto?

Então prefiro, nobre Deputado, em que pese este apelo tão fraternal de V. Exa. para votarmos NÃO, eu não vou embarcar nesta carona, não.

Eu não sei nem como é o gabinete do Governador, mas para evitar uma confusão nossa, Sr. Presidente, vou me abster de votar.

**O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, ouvi atentamente os encaminhamentos e um dos encaminhamentos que me chamou a atenção foi o do Deputado Péricles de Mello. E baseado na sua argumentação coerente, que é da base do Governo, defende os projetos do Governo e vai votar não.

Diante das suas colocações e para o fortalecimento desta Casa - que é preciso e que alguns ainda não entenderam - gostaria de pedir também ao Bloco Independente que está anunciando que vai se abster, que votasse, depois desta explicação do Deputado Péricles, que votasse NÃO ou que votasse SIM, mas pelo fortalecimento da Casa, acho que está na hora de tomarmos uma posição.

Por isso o meu apelo ao Bloco Independente, que vote e que vote com a orientação do Deputado Péricles, NÃO.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)**

Obrigado, Sr. Presidente. Hoje tive notícia de cinco vetos do Sr. Governador do Estado a projetos de minha autoria. Um destes projetos era um projeto que visa a transparência nos gastos com viagens de autoridades, de Secretários, do próprio Governador. O projeto propõe que seja publicado em Diário Oficial o nome do viajante, o valor que será gasto, o destino da viagem e o motivo da viagem. Um projeto objetivando a transparência no Poder Executivo, e até este projeto o Governador vetou, porque,

lamentavelmente, o Governador do Paraná não prestigia a Assembléia Legislativa, o Governador quer tomar todas as decisões do estado sozinho, de forma antidemocrática, e o princípio constitucional da harmonia e da independência dos Poderes não está sendo respeitado pelo Sr. Governador Roberto Requião!

Por isso, voto contra o veto do Sr. Governador e é esta a postura que terei daqui para frente na Assembléia diante de todos os vetos, enquanto o Governador não tomar uma posição diferente desta de desrespeito que está tendo em relação ao Poder Legislativo do Estado.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)**  
Voto com o PPS, voto NÃO.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Em votação, apenas ressaltando que aqueles Deputados que votarem para manutenção do veto deverão votar com a expressão SIM, os contrários à manutenção do veto deverão votar NÃO.

Encerrada a votação: 23 SIM; 11 NÃO; oito ausências. **Está mantido o veto.**

**O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (Pela Ordem)**

Quero só reforçar e agradecer aos Deputados que votaram NÃO e fazer uma justificativa do voto. Esse Prefeito do qual estávamos falando, dentro dessa obra, na campanha ajudou o Governador Roberto Requião, inclusive chegou a ir para o PMDB, mediante promessas de obras e mais R\$ 4 milhões, muitas das quais não aconteceram no município. Hoje ele não está no PMDB, está no PPS.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Deputado Douglas, apenas registrando que para manifestação e justificativa de voto é por escrito à Mesa.

**O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria só agradecer aos Deputados que encaminharam favoravelmente e pedir o entendimento do meu voto e do voto dos nossos companheiros que eu encaminhei pela manutenção do veto. Esse entendimento tenho convicção que as palavras do Deputado Douglas Fabrício pelo retorno do Prefeito ao PPS não é pela questão partidária. Temos 12 obras em andamento na cidade de Janiópolis, totalmente com recursos do Governo do Estado, independente da questão partidária, porque é um conflito local. Por isso o retorno do Prefeito ao PPS, já justificado publicamente e que o PMDB local está nas mãos de adversários políticos.

Na semana que vem vamos ter o retorno desse projeto como doação ao município desses terrenos e outros projetos que estão em andamento que eu também irei anunciar aqui.

Quero, mais uma vez, agradecer a compreensão dos Deputados, mesmo alguns tentando ajudar na derrubada do veto, mas pelo entendimento que fizemos ao Governo do Estado e ao nosso município em favor do município de Janiópolis, votamos pela manutenção desse veto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 165 e 166, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 170, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. À **Comissão Executiva**.

Requerimento nº 172, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 182, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 183, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 184 e 185, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprova-**  
**dos.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 189, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/08.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 002/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 669 e 753/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 430, 841 e 842/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 068/07.

Levanta-se a Sessão.

***Publicações:***

## *Atas de Comissão*

*Ecologia e Meio Ambiente*

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguinte Deputados: Elton Welter, Rosane Ferreira, Reni Pereira e Plauto Miró. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da 12ª Reunião Ordinária - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 142/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO. 3º) Projeto de Lei nº 721/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernando Litro - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
Luciane Andretta - Secretária

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Nereu Moura e com a presença dos seguinte Deputados: Osmar Bertoldi, Reni Pereira e Luiz Fernandes Litro. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da ata da reunião anterior - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 795/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que altera a Lei nº 12493, de 22 de janeiro de 1999. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente  
Luciane Andretta - Secretária